

BANCO PAN S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2017



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") do Banco Pan S.A. ("Pan" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia a ser realizada no dia 28 de junho de 2017.

1. Incorporação da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária pela Companhia

A administração do Pan decidiu reorganizar a gestão de seus ativos relacionados ao negócio imobiliário, bem como de sua controlada que atua neste segmento, com o objetivo de tornar mais eficiente sua estrutura, mais ágil sua atuação com a identificação contínua de sinergias, redução de custos e despesas administrativas, possibilitando uma otimização de seus resultados. Assim, a Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária ("BM") será incorporada pela Companhia.

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da Proposta da Administração encontram-se anexas da seguinte forma:

ANEXO I – Informações de incorporação envolvendo companhia registrada na categoria A (Anexo 20-A da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 481/2009)

ANEXO II – Protocolo e Justificação de incorporação da BM pelo Pan

ANEXO III – Ata do Conselho de Administração do Pan sobre a incorporação

ANEXO IV – Laudos de Avaliação da BM e Pan

ANEXO V – Demonstrações Financeiras do Pan

ANEXO VI - Informações sobre os Avaliadores (Anexo 21 à Instrução CVM nº 481/2009)

ANEXO I

ANEXO 20-A À INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

1. Protocolo e justificação da operação, nos termos dos arts. 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 1976.

Documento disponível no Anexo II a esta Proposta.

2. Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte.

Não há, considerando que o Pan é detentor de 100% das ações emitidas pela BM.

3. Descrição da operação, incluindo:

a. Termos e condições

A Administração do Pan decidiu reorganizar a gestão de seus ativos relacionados ao negócio imobiliário, bem como de sua controlada que atua neste segmento, com o objetivo de tornar mais eficiente sua estrutura e mais ágil sua atuação, com a identificação contínua de sinergias, redução de custos e despesas administrativas, possibilitando uma otimização de seus resultados.

Assim, a BM será incorporada pela Companhia.

Para a consecução da operação, a Administração do Pan apresentar manifestação favorável à incorporação da BM pelo Pan.

b. Obrigações de indenizar:

Não há.

i. Os administradores de qualquer das companhias envolvidas

Não há.

ii. Caso a operação não se concretize

Não há.

c. Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes, antes e depois da operação

Não haverá diferenças de direitos, vantagens e restrições das ações do Pan e a BM será extinta após a aprovação da operação.

d. Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores

Não há.

e. Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão

Não se aplica.

f. Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários

Não há.

4. Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover

Pretende-se consolidar as atividades da carteira de crédito imobiliário da BM no Pan, que já possui atuação nessa área de negócios.

5. Análise dos seguintes aspectos da operação:

a. Descrição dos principais benefícios esperados, incluindo:

i. Sinergias

A incorporação da BM tem por objetivo reorganizar o negócio imobiliário do Conglomerado Pan, afim de simplificar e otimizar a gestão de ativos do Pan e de suas controladas a fim de tornar mais eficiente sua estrutura, mais ágil sua atuação, com a identificação contínua de sinergias, além de alavancar a integração das suas áreas, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros e possibilitar uma otimização de resultados.

ii. Benefícios fiscais

Vide item i.

iii. Vantagens estratégicas

Vide item i.

b. Custos

Não há.

c. Fatores de risco

Busca-se, com a incorporação, integrar os negócios do Pan e sua controlada e aproveitar as sinergias obtidas com essa integração. Esse processo de integração pode resultar em dificuldades de natureza financeira e contratual, o que pode fazer com que não se consiga aproveitar as sinergias esperadas, ou implicar em perdas ou despesas não previstas. A Administração do Pan pode, portanto, não ser capaz de implementar com êxito a integração pretendida, o que poderá afetá-la adversamente.

d. Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas

Não há.

e. Relação de substituição

Não há, considerando que não há acionistas não controladores na BM.

f. Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum

i. Relação de substituição de ações calculada de acordo com o art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976

Não há, considerando que não há acionistas não controladores na BM.

ii. Descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação

Não aplicável.

iii. Caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle:

• Análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle

Não aplicável.

• Razões que justificam eventuais diferenças de avaliação nas diferentes operações

Não aplicável.

iv. Justificativa de por que a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da

operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada.

Não há, considerando que não há acionistas não controladores na BM.

6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes

Ata do Conselho de Administração do Pan está disponível no Anexo III desta Proposta. O funcionamento do Conselho Fiscal do Pan encontra-se suspenso, pois a eleição dos membros do Conselho Fiscal do Pan encontra-se em processo de homologação perante o Banco Central do Brasil. Por este motivo o Conselho Fiscal do Pan deixou de se manifestar sobre a operação.

7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação

Os laudos de avaliação do Pan e BM estão disponíveis no Anexo IV desta Proposta.

7.1. Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação

Não há.

8. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação

Não há.

9. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica

Foram utilizadas as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, disponíveis no Anexo V desta Proposta.

10. Demonstrações financeiras pro forma elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica

Não aplicável, tendo em vista que não haverá diluição de acionistas, conforme definida no art. 10 da Instrução CVM nº 565/2015.

11. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas que não sejam companhias abertas, incluindo:

a. Fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 e 4.2 do formulário de referência

BM

4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

i) À BM

Não há, considerando que o Pan é detentor de 100% das ações emitidas pela BM.

ii) seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Favor consultar o item 4.1 do Formulário de Referência do Pan.

iii) aos acionistas da BM

Não há.

iv) às controladas e coligadas da BM

Não há.

v) aos fornecedores da BM

Não há.

vi) aos clientes da BM

Não há.

vii) aos setores da economia nos quais a BM atue

Não há.

viii) à regulação dos setores em que a BM atue

Não há.

ix) aos países estrangeiros onde a BM atue

Não há.

4.2 Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Não há.

b. Descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação, nos termos do item 5.4 do formulário de referência

Em relação à BM, não há, uma vez que a referida companhia será extinta.

c. Descrição de suas atividades, nos termos dos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 do formulário de referência

7.1 Descrição das atividades da BM

A BM é uma companhia hipotecária, cujo objeto social consiste em (i) conceder financiamentos destinados à aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; (ii) conceder empréstimos e financiamentos, garantidos por hipoteca ou pela alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; (iii) comprar, vender, refinanciar e administrar créditos garantidos por hipoteca ou pela alienação fiduciária de bens imóveis, próprios ou de terceiros; (iv) administrar fundos de investimento imobiliário, desde que autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários; e (v) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais.

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

Prestação de serviços a pessoas jurídicas.

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Não há produtos e os serviços estão elencados no item 7.1 acima.

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Não aplicável.

d. Descrição do grupo econômico, nos termos do item 15 do formulário de referência

15.1 / 15.2 - Posição acionária da BM

Acionista	C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %	Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de Pessoa do Representante Legal	C.N.P.J. Representante Legal
BANCO PAN S.A.	53.285.411 /0001-13	100	100	100	Não	Diretores Estatutários – consultar	Física	-

Tipo de pessoa	Nacionalidade	Participa do Acordo de Acionistas	Data de composição do capital social	Quantidade e ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Acionista Controlador	Data da última alteração
Jurídica	Brasileira	Não aplicável	30/09/15	748.158	748.158	Sim	30/09/15

15.3 - Distribuição de capital da BM

Data da última assembleia	28/04/2017
Quantidade de acionistas pessoa física	0
Quantidade de acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade de investidores institucionais (unidades)	0
Ações em circulação	0

15.4 - Organograma dos acionistas da BM

Favor consultar o item 15.4 do Formulário de Referência do Pan.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Favor consultar o item 15.5 do Formulário de Referência do Pan.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Favor consultar o item 15.6 do Formulário de Referência do Pan.

e. Descrição do capital social da BM, nos termos do item 17.1 do formulário de referência

O Capital Social da BM, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 236.631.306,82 (duzentos e trinta e seis milhões e seiscentos e trinta e um mil e trezentos e seis reais e oitenta e dois centavos), em moeda corrente nacional, dividido em 1.496.316 (um milhão, quatrocentas e noventa e seis mil e trezentas e dezesseis) ações, sendo 748.158 (setecentos e quarenta e oito mil e cento e cinquenta e oito) ações ordinárias e 748.158 (setecentos e quarenta e oito mil e cento e cinquenta e oito) ações preferenciais, todas pertencentes ao Pan.

12. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 15 do formulário de referência

Banco Pan

15.1 / 15.2 - Posição acionária da Companhia

Não haverá alteração em razão da incorporação. Favor consultar o item 15.1/15.2 do Formulário de Referência do Pan.

15.3 - Distribuição de capital da Companhia

Não haverá alteração em razão da incorporação. Favor consultar o item 15.3 do Formulário de Referência do Pan.

15.4 - Organograma dos acionistas da Companhia

Não haverá alteração em razão da incorporação. Favor consultar o item 15.4 do Formulário de Referência do Pan.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte

Não haverá alteração em razão da incorporação. Favor consultar o item 15.5 do Formulário de Referência do Pan.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Não haverá alteração em razão da incorporação. Favor consultar o item 15.6 do Formulário de Referência do Pan.

BM

15.1 / 15.2 - Posição acionária da BM

Não aplicável, pois a BM será extinta.

15.3 - Distribuição de capital da BM

Não aplicável, pois a BM será extinta.

15.4 - Organograma dos acionistas da BM

Não aplicável, pois a BM será extinta.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, pois a BM será extinta.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não aplicável, pois a BM será extinta.

13. Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação devedor por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações

Com relação à BM, as informações estão mencionadas no item 11, campo 7.4, alínea "d", disposto acima nesta Proposta. Em referência ao Pan, favor consultar o item 15.1 do Formulário de Referência.

14. Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação

Não há.

15. Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:

a. Sociedades envolvidas na operação

i. Operações de compra privadas: Não houve

- o preço médio
- quantidade de ações envolvidas
- valor mobiliário envolvido

- percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário
- demais condições relevantes

ii. Operações de venda privadas: Não houve

- o preço médio
- quantidade de ações envolvidas
- valor mobiliário envolvido
- percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário
- demais condições relevantes

iii. Operações de compra em mercados regulamentados: Não houve

- o preço médio
- quantidade de ações envolvidas
- valor mobiliário envolvido
- percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário
- demais condições relevantes

iv. Operações de venda em mercados regulamentados: Não houve

- o preço médio
- quantidade de ações envolvidas
- valor mobiliário envolvido
- percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário
- demais condições relevantes

b. Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação

Não aplicável.

16. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008.

Não aplicável.

ANEXO II

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECÁRIA PELO BANCO PAN S.A.

Que celebram:

BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECÁRIA, sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.374, 16º andar, Bela Vista, CEP: 01310-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.237.367/0001-80, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300129288, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("BM"); e

BANCO PAN S.A., sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.374, 16º andar, Bela Vista, CEP: 01310-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.285.411/0001-13, inscrita na JUCESP sob o NIRE 35300012879, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Banco Pan" ou "Companhia");

BM e Banco Pan conjuntamente denominadas simplesmente "Partes",

Considerando que:

(i) A administração do Banco Pan S.A. decidiu reorganizar a gestão de seus ativos relacionados ao negócio imobiliário, bem como de suas controladas que atuam neste segmento, com o objetivo de tornar mais eficiente sua estrutura e mais ágil a sua atuação, com a identificação contínua de sinergias, redução de custos e despesas administrativas, possibilitando uma otimização de seus resultados. Para isso, haverá a incorporação da BM, sociedade controlada pelo Banco Pan S.A. ("Incorporação"), na forma dos artigos 224, 225, 226 e 227, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), da regulamentação aplicável em vigor e dos termos e condições expostos neste documento.

Os administradores das Partes resolvem celebrar o presente PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECÁRIA PELO BANCO PAN S.A. ("Protocolo e Justificação"), que tem por objetivo fixar, na forma dos artigos 224, 225, 226 e 227 da Lei nº 6.404/76, os seguintes termos e condições relacionados à Incorporação acima:

1. DAS BASES DA INCORPORAÇÃO

1.1. A Incorporação justifica-se nos termos do artigo 225 da Lei nº 6.404/76, com base na decisão do Banco Pan de reorganizar a gestão de seus ativos relacionados ao negócio imobiliário, a fim de tornar sua estrutura mais eficiente, suas atividades mais ágeis, seus índices econômico-financeiros melhores e seus resultados mais otimizados.

1.2. Foi adotado o critério de valor contábil na avaliação do patrimônio líquido da BM a ser incorporada pelo Banco Pan, realizada com base nas demonstrações financeiras da BM, levantadas na data-base estabelecida no item 2.3 abaixo, levando-se em consideração os eventos subsequentes relevantes entre a referida data-base e a data da avaliação, observados os critérios previstos na legislação aplicável para elaboração de demonstrações financeiras.

1.3. As Partes entendem que a Incorporação atende amplamente aos interesses dos acionistas, tendo sido cuidadosamente examinada pelas respectivas administrações, não tendo sido vislumbrado qualquer fator que não recomendasse a realização da Incorporação.

2. AVALIAÇÃO DO ACERVO A SER INCORPORADO

2.1. Para elaborar o laudo de avaliação a valor contábil do acervo líquido da BM a ser incorporado pelo Banco Pan ("Laudo de Avaliação"), a administração das Partes contrataram a empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º e 13º a 17º andar, Centro, CEP: 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.562.112/0001-20 ("Empresa Especializada"), cuja nomeação é aprovada nesta ocasião e será ratificada pelos acionistas das Partes, nos termos da lei.

2.2. O Laudo de Avaliação e laudo de avaliação do Banco Pan, ambos a valor contábil, constituem o **Anexo A** do presente Protocolo e Justificação, ficando os valores nele especificados subordinados à análise e aprovação pelos acionistas das Partes.

2.3. A avaliação foi efetuada a valor contábil, com base nos elementos constantes das demonstrações financeiras auditadas da BM e Banco Pan, datadas de 31 de dezembro de 2016 ("Data-Base da Incorporação").

2.4. Como consequência da Incorporação, a BM será extinta e o Banco Pan a sucederá em todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404/76.

3. DOS ACERVOS LÍQUIDOS A SEREM INCORPORADOS

3.1. De acordo com o Laudo de Avaliação, cuja data base é 31 de dezembro de 2016, o acervo líquido da BM a ser incorporado pelo Banco Pan corresponde a R\$ 111.747.618,18 (cento e onze milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e dezoito reais e dezoito centavos), sujeito aos acréscimos das variações patrimoniais até a data da efetiva incorporação.

3.2. Os detalhes dos elementos ativos e passivos da BM a serem incorporados pelo Banco Pan estão indicados nos Laudos de Avaliação.

4. TRATAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATÉ A DATA DA INCORPORAÇÃO

4.1 As variações patrimoniais apuradas, com relação aos elementos ativos e passivos da BM, no período entre a Data Base da Incorporação (31 de dezembro de 2016) e a data da efetiva Incorporação, serão apropriadas pela BM, passando para seus livros contábeis e efetuando-se as necessárias alterações para, em seguida, serem sucedidos por incorporação pelo Banco Pan.

5. ALTERAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL DAS SOCIEDADES ENVOLVIDAS NA INCORPORAÇÃO

5.1. BM: a Incorporação implicará na extinção da sociedade.

5.2. Banco Pan: a Incorporação não acarretará aumento de seu capital social, em virtude da aplicação do método de equivalência patrimonial, uma vez que o Banco Pan já detém a totalidade das ações representativas do capital social da BM e que o patrimônio líquido incorporado já está devidamente registrado em sua contabilidade.

5.3. Não haverá alterações no estatuto social do Banco Pan.

6. DO REEMBOLSO E DA ELABORAÇÃO DOS LAUDOS DE AVALIAÇÃO A PREÇOS DE MERCADO

6.1. Considerando que o Banco Pan detém a totalidade das ações representativas do capital social da BM, não havendo, desta forma, acionistas não controladores, não haverá relação de substituição de ações, nos termos do §1º do artigo 226 da Lei nº 6.404/76. Nesse sentido, não há que se falar em interesse de acionistas minoritários a ser tutelado, tampouco direito de recesso em relação à BM e, portanto, não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, inclusive no que se refere à exigência da avaliação do patrimônio líquido da BM a preços de mercado.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS

7.1. A Incorporação proposta neste Protocolo e Justificação será submetida aos acionistas das Partes.

7.2. O presente Protocolo e Justificação é celebrado em caráter suspensivo até que os acionistas das Partes aprovevem a Incorporação que, se aprovada, obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título.

7.3. Competirá à administração das Partes a prática de todos os atos necessários à implementação da Incorporação pelo valor apurado nos Laudos de Avaliação, acrescido das variações patrimoniais até a data da efetiva incorporação.

7.4. Qualquer litígio originário do presente Protocolo e Justificação, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu regulamento, constituindo-se o tribunal arbitral de três árbitros, indicados na forma do citado regulamento.

E, POR ESTAREM JUSTAS E CONTRATADAS, assinam as partes este Protocolo e Justificação em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 13 de junho de 2017.

BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECÁRIA

BANCO PAN S.A.

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome:

Nome:

RG:

RG:

CPF:

CPF:

ANEXO III

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PAN SOBRE A INCORPORAÇÃO DA BM



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2017

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 12 de junho de 2017, às 16h00min, na sede social da Companhia, na Avenida Paulista, nº 1374, 16º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-100.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia foram devidamente convocados por correspondência enviada no dia 07 de junho de 2017, estando presente a totalidade dos seus membros. Foram considerados presentes os Conselheiros que participaram por teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação, nos termos do artigo 24, §4º, do Estatuto Social da Companhia.
3. **MESA:** Presidente: Gilberto Magalhães Occhi.
Secretário: Leandro de Azambuja Micotti.
4. **ORDEM DO DIA:**
 - (a) Aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária ("BM") pela Companhia ("Protocolo e Justificação");
 - (b) Ratificação da nomeação e Aprovação da contratação da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9-10º e 13-17º, Centro, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.562.112/0001-20 ("Empresa Especializada") para elaboração dos laudos de avaliação contábil para a incorporação do patrimônio líquido da BM pela Companhia ("Laudos de Avaliação");
 - (c) Aprovação dos Laudos de Avaliação elaborados pela Empresa Especializada (anexos);
 - (d) Manifestação favorável a respeito da incorporação da BM pela Companhia, para aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação anexo ("Operação"), sem aumento no valor do capital social da Companhia ou emissão de ações pela Companhia;
 - (e) Aprovação, em razão da Operação, da extinção da BM; e
 - (f) Autorização à Administração da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação e formalização da Operação.

5. DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração deliberaram pelo seguinte:

- (a) Aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária ("BM") pela Companhia ("Protocolo e Justificação");
- (b) Ratificação da nomeação e Aprovação da contratação da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9-10º e 13-17º, Centro, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.562.112/0001-20 ("Empresa Especializada") para elaboração dos laudos de avaliação contábil para a incorporação do patrimônio líquido da BM pela Companhia ("Laudos de Avaliação");
- (c) Aprovação dos Laudos de Avaliação elaborados pela Empresa Especializada (anexos);
- (d) Manifestação favorável a respeito da incorporação da BM pela Companhia, para aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação anexo ("Operação"), sem aumento no valor do capital social da Companhia ou emissão de ações pela Companhia;
- (e) Manifestação favorável para a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a respeito da extinção da BM em razão da Operação; e
- (f) Autorização à Administração da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação e formalização da Operação.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os participantes. Presidente: Gilberto Magalhães Occhi; Secretário: Leandro de Azambuja Micotti. Membros do Conselho de Administração: Gilberto Magalhães Occhi; Eduardo Nogueira Domeque; José Henrique Marques da Cruz; Paulo José Galli; Sérgio Cutolo dos Santos; Roberto Balls Sallouti; Fábio Lenza; Fábio de Barros Pinheiro; Marcos Antônio Macedo Cintra e Mateus Affonso Bandeira.

São Paulo, 12 de junho de 2017.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Leandro de Azambuja Micotti
Secretário

ANEXO IV

LAUDOS DE AVALIAÇÃO

Brazilian Mortgages
Companhia Hipotecária

**Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil
apurado por meio dos livros contábeis
em 31 de dezembro de 2016**



Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos Administradores
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

Dados da firma de auditoria

- 1 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade de profissionais estabelecida na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 61.562.112/0001-20, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP000160/O-5, com seu Contrato Social de constituição registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, em 17 de setembro de 1956, e alterações posteriores registradas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, estando a última delas, datada de 30 de novembro de 2016, registrada no mesmo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP sob o microfilme nº 139.087, em 15 de fevereiro de 2017, registrada no mesmo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP sob o microfilme nº 139.087, em 15 de fevereiro de 2017, representado pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Carlos Augusto da Silva, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº M3064660 SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº 507.225.816-53 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do São Paulo sob o nº 1SP197007/O-2, residente e domiciliado no Estado de São Paulo com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela administração da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (a "Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2016, resumido no Anexo I, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

- 2 A avaliação do patrimônio líquido contábil da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2016 que tem por objetivo ser parte do processo de incorporação da Companhia pelo Banco Pan S.A.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

- 3 A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

2 de 10



Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

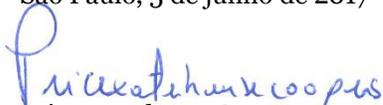
Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes

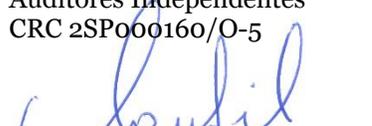
- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2016, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico 03/2014 (R1), emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio do CTA 20/2014 (R1), que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

- 6 Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor do patrimônio líquido de R\$ 111.747.618,18 (Cento e onze milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e dezoito reais e dezoito centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 5 de junho de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Anexo I ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

Balanco patrimonial sintético em 31 de dezembro de 2016 Em reais

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante e realizável a longo prazo	<u>1.543.049.287,70</u>	Circulante e exigível a longo prazo	<u>1.502.124.681,79</u>
Caixa e equivalentes de caixa	14.477.297,69	Depósitos	609.912.685,48
Títulos e valores mobiliários	10.029.097,46	Recursos de aceites	856.538.696,63
Operações de crédito	1.102.583.145,87	Outras obrigações	35.673.299,68
Outros créditos	226.361.404,71		
Outros valores e bens	189.598.341,97		
Permanente	<u>70.823.012,27</u>	Patrimônio líquido	<u>111.747.618,18</u>
Investimento	328,32	Capital social	236.631.306,82
Intangível	70.822.683,95	Ajustes de avaliação patrimonial	(6.782,79)
		Prejuízo acumulado	(124.876.905,85)
Total do ativo	<u>1.613.872.299,97</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.613.872.299,97</u>

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

1 Base para elaboração do balanço patrimonial e resumo das principais políticas contábeis

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foi preparado com a finalidade da avaliação do patrimônio líquido da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para fins de incorporação dessa Companhia pelo Banco Pan S.A.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foi elaborado e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Na elaboração dessa informação financeira, é necessário utilizar certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para o balanço patrimonial, estão divulgadas na Nota 1.1.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

1.1 Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata*" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido
contábil apurado por meio dos livros contábeis
emitido em 31 de dezembro de 2016**

Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

**Notas explicativas da administração ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de 2016**

c) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Operações de crédito:

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da Companhia.

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido
contábil apurado por meio dos livros contábeis
emitido em 31 de dezembro de 2016**

Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

**Notas explicativas da administração ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de 2016**

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e consideram as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido
contábil apurado por meio dos livros contábeis
emitido em 31 de dezembro de 2016**

Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

**Notas explicativas da administração ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de 2016**

f) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, mensurados ao custo e reduzidos ao valor de realização com a constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos, conforme aplicável.

g) Despesas Antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

h) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

i) Investimentos:

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

j) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisições e desenvolvimento logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

k) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido
contábil apurado por meio dos livros contábeis
emitido em 31 de dezembro de 2016**

Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

**Notas explicativas da administração ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de 2016**

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente, às alíquotas de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o montante do limite fiscal e 9%, respectivamente.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

m) Depósitos e Captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata*" dia.

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido
contábil apurado por meio dos livros contábeis
emitido em 31 de dezembro de 2016**

Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária

**Notas explicativas da administração ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de 2016**

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativa e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos de liquidação duvidosa; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventuais liquidações destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a serem diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base da demonstração financeira e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base da demonstração financeira; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base da demonstração financeira.

* * *

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Banco Pan S.A.

**Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil
apurado por meio dos livros contábeis
em 31 de dezembro de 2016**



Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos Administradores
Banco Pan S.A.

Dados da firma de auditoria

- 1 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade de profissionais estabelecida na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 61.562.112/0001-20, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP000160/O-5, com seu Contrato Social de constituição registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, em 17 de setembro de 1956, e alterações posteriores registradas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, estando a última delas, datada de 30 de novembro de 2016, registrada no mesmo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP sob o microfilme nº 139.087, em 15 de fevereiro de 2017, representado pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Carlos Augusto da Silva, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº M3064660 SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº 507.225.816-53 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do São Paulo sob o nº 1SP197007/O-2, residente e domiciliado no Estado de São Paulo com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela administração do Banco Pan S.A. (o "Banco") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2016, resumido no Anexo I, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

- 2 A avaliação do patrimônio líquido contábil do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2016 que tem por objetivo ser parte do processo de incorporação da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária pelo Banco Pan S.A.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

- 3 A administração do Banco é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Banco está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

2 de 13



Banco Pan S.A.

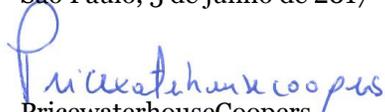
Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes

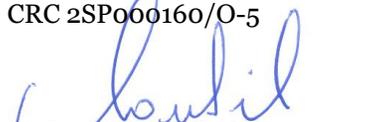
- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2016, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico 03/2014 (R1), emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio do CTA 20/2014 (R1), que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

- 6 Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor do patrimônio líquido de R\$ 3.412.162.312,35 (três bilhões, quatrocentos e doze milhões, cento e sessenta e dois mil e trezentos e doze reais e trinta e cinco centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil do Banco Pan S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 5 de junho de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Anexo I ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Balanco patrimonial sintético em 31 de dezembro de 2016
Em reais

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante e realizável a longo prazo	<u>25.565.004.736,55</u>	Circulante e exigível e longo prazo	<u>23.176.463.265,81</u>
Disponibilidades	7.423.988,84	Depósitos	14.548.889.215,38
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.648.083.957,36	Captações no mercado aberto	2.028.022.367,82
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.007.566.951,28	Recursos de aceites e emissão de títulos	2.342.995.334,74
Relações interfinanceiras	17.875.502,49	Relações interfinanceiras	155.795.656,83
Operações de crédito	15.751.021.686,94	Relações interdependencias	6.784.575,43
Outros créditos	5.673.113.830,02	Instrumentos financeiros derivativos	145.733.977,82
Outros valores e bens	459.918.819,62	Outras obrigações	3.948.242.137,79
Permanente	<u>1.024.414.428,93</u>	Resultados de exercícios futuros	<u>793.587,32</u>
Investimentos	941.987.226,83	 	
Imobilizado de uso	37.834.095,03	Patrimônio Líquido	<u>3.412.162.312,35</u>
Intangível	44.593.107,07	Capital social	3.460.731.882,92
		Ajustes de avaliação patrimonial	(14.258.594,37)
		Prejuízos acumulados	(34.310.976,20)
Total do ativo	<u><u>26.589.419.165,48</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>26.589.419.165,48</u></u>

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

1 Base para elaboração do balanço patrimonial e resumo das principais políticas contábeis

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foi preparado com a finalidade da avaliação do patrimônio líquido do Banco Pan S.A. (Banco PAN) que tem por objetivo ser parte do processo de incorporação da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária pelo Banco Pan S.A.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foi elaborado e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Na elaboração dessa informação financeira, é necessário utilizar certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para o balanço patrimonial, estão divulgadas na Nota 1.1.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

1.1 Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigação e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata*" dia.

q) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

r) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

s) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

t) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

u) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base da demonstração financeira e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 31 de dezembro de 2016

Banco Pan S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base da demonstração financeira; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base da demonstração financeira.

* * *

Este anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A., emitido por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com data de 05 de junho de 2017.

ANEXO V

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstrações Financeiras – Exercício de 2016

06 de fevereiro de 2017

PAN

Relatório da Administração

4T16

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, a partir da assinatura do Acordo de Acionistas do Pan entre Caixa Econômica Federal (“Caixa”), através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., e Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares realizadas com ambos os acionistas controladores, BTG Pactual e Caixa. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Pan alternativas de *funding* com custo competitivo.

Adicionalmente, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, e todos estes acordos demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Após recuar 1,2% em outubro, a produção industrial avançou 0,2% em novembro, porém, ainda aquém das expectativas do mercado. No contexto geral, o desempenho da produção industrial permanece ruim, apresentando grande dificuldade para estabilização.

Do lado da demanda, a Pesquisa Mensal do Comércio de novembro apontou avanço mensal de 2,0% no conceito restrito, acumulando queda de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o conceito ampliado (que inclui vendas de veículos e materiais de construção) apresentou avanço de 0,6% no período, ambos os resultados influenciados pelas vendas no período de “Black Friday”.

A inflação encerrou o ano de 2016 em 6,29%, em comparação aos 10,67% em 2015, respeitando o intervalo da meta e seguindo trajetória declinante em direção ao centro. A prévia da inflação de janeiro, medida pelo IPCA-15, registrou variação mensal de 0,31% resultado bastante abaixo da variação de 0,92% verificada em igual período do ano anterior.

No mercado de trabalho, dezembro é historicamente um mês ruim para criação de empregos pois registram-se menos contratações e mais demissões, mas vale ressaltar que a divulgação de redução líquida de 462,4 mil postos de trabalho foi melhor quando comparada aos resultados de dezembro de 2014 e 2015, -555,5 mil e 596,2 mil respectivamente. A economia perdeu 1,37 milhão de empregos em 2016, o equivalente a 3,5% do mercado formal de trabalho existente em dezembro de 2015.

A PNAD Contínua apontou elevação na taxa de desemprego para 11,9% no trimestre encerrado em novembro, frente à taxa de 2,9% em igual período do ano anterior. Em termos dessazonalizados, a taxa de desemprego também subiu, de 12,0% no trimestre encerrado em outubro para 12,3% em novembro. Apesar do aumento na taxa de desemprego, observamos avanço mensal de 0,2% na população ocupada, primeira alta mensal dos últimos 16 meses, impulsionado

pelo setor informal. O rendimento médio real e a massa real de rendimentos avançaram, respectivamente, 0,5% e 0,6% no mês, ainda que continuem rodando abaixo do mesmo período do ano passado em ambos os casos. Apesar da reação dos indicadores de emprego e dos rendimentos na margem, a subutilização da força de trabalho no Brasil permanece em patamares elevados e os resultados alcançados ainda não podem ser vistos como uma reversão da tendência negativa dos indicadores.

Em relação ao mercado de crédito, houve avanço na desaceleração das concessões de crédito em termos nominais para 2,3% em novembro na comparação anual, ante 2,0% registrado em outubro. Já a taxa de inadimplência para as operações com recursos livres apresentou leve recuo, mas permaneceu praticamente inalterada para as famílias, no patamar de 6,1%. A despeito do recuo nos juros e spread cobrados para instituições não financeiras, o mercado de crédito continua em processo de deterioração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Apesar do cenário atual, o Pan apresentou uma originação média mensal de créditos de R\$ 1.719 milhões durante o ano de 2016, valor 9% superior à média mensal de R\$ 1.573 milhões em 2015. Durante o 4º trimestre de 2016, o Pan registrou média mensal de R\$ 1.825 milhões, superior à média mensal de R\$ 1.818 milhões do 3º trimestre de 2016, impulsionada pelo volume de financiamento de veículos.

O saldo da Carteira de Crédito, que inclui as carteiras de varejo e empresas, encerrou o 4º trimestre em R\$ 19.196 milhões, apresentando alta de 3% em relação ao saldo de R\$ 18.716 milhões do 3º trimestre de 2016 e crescimento de 9% frente ao saldo de R\$ 17.603 milhões no 4º trimestre de 2015, com crescimento da carteira de consignado, que tem baixo risco de crédito.

Durante o 4º trimestre de 2016, foram realizadas cessões de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 2.891 milhões entre veículos, consignado e imobiliário. No ano de 2016, o montante de créditos cedidos sem coobrigação totalizou R\$ 9.861 milhões.

Crédito Consignado

Na comparação anual, o Pan originou R\$ 9.360 milhões em créditos consignados em 2016, aumento de 28% em relação aos R\$ 7.291 milhões originados em 2015.

Durante o 4º trimestre de 2016, o Banco concedeu R\$ 2.434 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS, recuando 5% em relação aos R\$ 2.569 milhões originados no trimestre anterior, porém crescendo 79% em relação aos R\$ 1.358 milhões originados no 4º trimestre de 2015.

A carteira de crédito avançou de forma importante, contribuindo para a diversificação do portfólio total do Banco, alcançando R\$ 7.836 milhões ao final do 4º trimestre de 2016.

Financiamento de Veículos

O Banco está ativamente presente em 10.446 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 9% da originação total.

O ano de 2016 foi importante para o Pan no segmento de veículos, pois o banco lançou uma nova plataforma de originação e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas na esteira do produto. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos.

Mesmo com a retração apresentada pelo setor e o constante conservadorismo na concessão devido ao cenário macroeconômico, foram concedidos R\$ 1.786 milhões em novos financiamentos de veículos durante o 4º trimestre de

2016, registrando crescimento de 10% em relação aos R\$ 1.626 milhões originados durante o 3º trimestre de 2016, e 5% superior à originação de R\$ 1.702 milhões registrada no 4º trimestre de 2015. Apesar do crescimento registrado nos últimos trimestres do ano, durante o ano de 2016 a originação de créditos de veículos atingiu R\$ 6.541 milhões registrando recuo de 8% frente aos R\$ 7.118 milhões registrados em 2015. A carteira de crédito de veículos encerrou o trimestre em R\$ 5.229 milhões, avançando em relação aos R\$ 5.084 milhões do 3º trimestre de 2016.

A originação de veículos leves foi de R\$ 1.592 milhões no 4º trimestre de 2016, 12% superior aos R\$ 1.418 milhões originados no 3º trimestre de 2016 e 8% superior aos R\$ 1.477 milhões originados no 4º trimestre de 2015. A segregação de origens garante uma diversificação para o Banco em linha com nossa estratégia de mix, com 56% da produção de veículos leves originada em lojas multimarcas e 44% em concessionárias durante o 4º trimestre.

No financiamento de motos, o Pan originou R\$ 162 milhões no 4º trimestre de 2016, inferior aos R\$ 173 milhões do 3º trimestre de 2016 e aos R\$ 184 milhões do 4º trimestre de 2015.

Acompanhando a trajetória do mercado e conservadorismo do Banco, o segmento de veículos pesados registrou uma originação de R\$ 32 milhões no 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 36 milhões do 3º trimestre de 2016 e aos R\$ 40 milhões do 4º trimestre de 2015.

Empresas

Refletindo o cenário econômico atual, a carteira de crédito expandida para empresas, considerando o saldo de avais e fianças no valor de R\$ 279 milhões, encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 3.190 milhões, frente ao saldo de R\$ 4.124 milhões ao final de 2015. Em dezembro de 2016, esta carteira apresentava saldo de R\$ 168 milhões em operações de ACC em dólares.

O Banco mantém uma política de diversificação de riscos apresentando alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias em suas operações. Dessa forma, os 10 maiores clientes representavam apenas 4% do saldo total da carteira de crédito do Pan ao final deste 4º trimestre.

Cartões de Crédito – Institucional e Consignado

A base de cartões de crédito encerrou o ano de 2016 com 2,0 milhões de plásticos emitidos. O volume de transações atingiu o montante de R\$ 1,1 bilhão, em linha com o volume transacionado no trimestre anterior. Durante o ano de 2016, o volume de transações totalizou R\$ 4.079 milhões, superando em 14% o volume de R\$ 3.562 milhões transacionado em 2015.

A carteira de cartões evoluiu para R\$ 1.417 milhões no final do 4º trimestre de 2016 impulsionada pelo cartão consignado com saldo de R\$ 1.072 milhões.

Crédito Imobiliário

O Pan originou R\$ 70 milhões em créditos imobiliários durante o 4º trimestre de 2016, dentre os quais: (i) R\$ 43 milhões em créditos imobiliários para pessoas físicas nas modalidades de operações de refinanciamento (Crédito Fácil) e (ii) R\$ 27 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”) para securitização.

Em 2016, pelo efeito de demanda, o Pan originou R\$ 248,7 milhões em créditos imobiliários em relação aos R\$ 316,5 milhões de 2015. Em função do volume de carteira cedida, o Pan encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 774 milhões, com redução de 12% sobre os R\$ 879 milhões ao final de 2015.

Crédito Pessoal

No segmento de crédito pessoal, o Banco originou R\$ 114 milhões em novos financiamentos durante o 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 100 milhões do 3º trimestre e aos R\$ 109 milhões do 4º trimestre de 2015. Na comparação anual, o volume de financiamentos nesse segmento registrou queda de 13%.

Consórcio

A venda de consórcios registrou o montante de R\$ 80 milhões no 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 111 milhões no trimestre anterior e aos R\$ 201 milhões no 4º trimestre de 2015. No ano de 2016, a venda de consórcios acumulou o montante de R\$ 866 milhões, frente aos R\$ 462 milhões em 2015.

Seguros

Com base no acordo operacional de distribuição firmado com a Pan Seguros S.A., válido até dezembro de 2034, o Pan originou o montante de R\$ 54 milhões em prêmios de seguros durante o 4º trimestre de 2016, 12% superior aos R\$ 48 milhões originados no 3º trimestre de 2016 e 31% superior aos R\$ 41 milhões originados no 4º trimestre de 2015, influenciado em grande parte pelo aumento na originação de financiamentos de veículos. Durante o ano de 2016, o Pan originou R\$ 185 milhões em prêmios de seguros frente aos R\$ 174 milhões originados em 2015.

Dentre os prêmios originados no 4º trimestre, observam-se: R\$ 43,9 milhões de seguro de proteção de crédito, R\$ 5,1 milhões de seguro habitacional, R\$ 3,2 milhões de seguro de cartões e R\$ 1,7 milhão em outros seguros.

Captação De Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$ 19,8 bilhões em dezembro de 2016, em linha com o saldo registrado ao final de setembro de 2016 e 4% superior ao saldo de R\$ 19,1 bilhões em dezembro de 2015. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 11,8 bilhões, ou 59% do total; (ii) os depósitos a prazo, representando R\$ 2,5 bilhões, ou 13% do total; (iii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 2,0 bilhões, ou 10% do total; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,6 bilhão, ou 8% do total; (v) as letras financeiras equivalentes a R\$ 1,3 bilhão, ou 7% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 611 milhões, equivalentes a 3% das captações totais.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Despesas de Provisões

No 4º trimestre de 2016, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 306 milhões, enquanto que a recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão foi de R\$ 54 milhões. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 252 milhões. Em 2016, a despesa líquida de provisão de créditos foi de R\$ 890 milhões frente ao montante de R\$ 723 milhões em 2015, com contribuição importante de reforços de provisão na carteira de plano empresário, que representa menos de 3% da carteira do banco.

Custos e Despesas

As despesas de pessoal e administrativas (Subtotal I) totalizaram R\$ 292 milhões no 4º trimestre de 2016, com leve redução frente aos R\$ 295 milhões do trimestre anterior. No ano de 2016, o montante foi de R\$ 1.147 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação às despesas de R\$ 1.142 milhões em 2015, apresentando redução em termos reais.

As despesas com originação de créditos (Subtotal II) somaram R\$ 239 milhões ao final do trimestre, com queda de 6% frente aos R\$ 256 milhões do 3º trimestre de 2016. Já na comparação anual, essas despesas registraram crescimento de R\$ 625 milhões em 2015 para R\$ 902 milhões em 2016, aumento relacionado à mudança da regra de contabilização de tais despesas, bem como ao aumento do volume originado.

Resultado Líquido, Patrimônio e Capital

No 4º trimestre de 2016, o Pan apresentou lucro de R\$ 197,0 mil, frente ao prejuízo de R\$ 13,0 milhões no 3º trimestre de 2016. No ano de 2016, o Pan apresentou prejuízo de R\$ 237,2 milhões, frente ao lucro de R\$ 8,0 milhões em 2015, com grande efeito da regra de contabilização das despesas de comissões sobre a originação.

Além das influências mencionadas anteriormente, os resultados são impactados pelo volume e *mix* das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação (que incluem créditos de veículos, consignado e imobiliário) totalizaram R\$ 2.891 milhões no 4º trimestre de 2016 em comparação aos R\$ 2.647 milhões do anterior. No ano de 2016, este montante foi de R\$ 9.861 milhões, em comparação aos R\$ 10.488 milhões do ano anterior.

No 4º trimestre de 2016, a margem financeira líquida gerencial foi de 16,6%, frente aos 13,9% do 3º trimestre de 2016 e à margem de 11,7% registrada no 4º trimestre de 2015. No ano de 2016, a margem foi 13,2%, melhorando em relação aos 12,4% de 2015.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan totalizou R\$ 3.412 milhões em dezembro de 2016, frente ao saldo de R\$ 3.412 milhões em setembro de 2016 e aos R\$ 3.644 milhões em dezembro de 2015.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2016 em 13,3%, sendo 9,5% de Capital Principal, frente aos 13,4%, com 9,6% de Capital Principal, registrados ao final do 3º trimestre de 2016 e aos 16,5% do 4º trimestre de 2015, com 11,9% de Capital Principal. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial no 4º trimestre foi de R\$ 487 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017.

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		12.726.831	10.794.488	12.942.074	11.369.818	CIRCULANTE		17.843.025	15.928.257	18.359.987	16.589.051
Disponibilidades	5	7.424	43.156	19.521	48.043	Depósitos	16.a	12.089.046	10.613.117	12.067.954	10.610.077
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.638.795	1.626.065	966.835	1.168.723	Depósitos à vista		60.015	75.647	54.762	73.247
Aplicações no mercado aberto		891.796	1.084.203	891.796	1.084.203	Depósitos interfinanceiros		11.736.273	10.060.290	11.736.273	10.060.044
Aplicações em depósitos interfinanceiros		746.999	541.862	75.039	84.520	Depósitos a prazo		292.758	477.180	276.919	476.786
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	692.063	219.766	719.629	287.390	Captações no mercado aberto	16.b	1.927.684	1.543.421	1.927.684	1.543.420
Carteira própria	7.a	47.809	81.691	71.871	144.005	Carteira própria		1.222.172	1.121.672	1.222.172	1.121.671
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	626.015	63.296	626.015	63.296	Carteira de terceiros		705.512	152.179	705.512	152.179
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	18.239	62.769	18.239	62.769	Carteira livre movimentação		-	269.570	-	269.570
Vinculados a prestação de garantias	7.a	-	12.010	3.504	17.320	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.569.596	2.114.167	2.031.748	2.705.900
Relações interfinanceiras		17.875	21.357	17.875	21.357	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.569.596	2.114.167	2.031.748	2.705.900
Pagamentos e recebimentos a liquidar		20	-	20	-	Relações interfinanceiras		155.796	102.786	155.796	102.786
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		1.299	2.959	1.299	2.959	Correspondentes no País	17	155.796	102.786	155.796	102.786
Correspondentes no país		16.556	18.398	16.556	18.398	Relações interdependências		6.785	28.988	6.785	28.988
Operações de crédito	8	7.382.991	6.134.614	7.911.474	6.814.562	Recursos em trânsito de terceiros		6.785	28.988	6.785	28.988
Operações de crédito - setor privado		8.112.020	6.725.116	8.784.513	7.488.064	Obrigações por empréstimos	18.a	-	-	2.038	1.096
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(729.029)	(590.502)	(873.039)	(673.502)	Empréstimos no Exterior		-	-	2.038	1.096
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	913	6.132	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	33.996	3.393	33.996	3.393
Operações de arrendamento a receber		-	-	1.541	7.944	Instrumentos financeiros derivativos		33.996	3.393	33.996	3.393
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(628)	(1.812)	Outras obrigações		2.060.122	1.522.385	2.133.986	1.593.391
Outros créditos		2.795.413	2.330.686	2.909.912	2.474.553	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.016	10.714	15.142	11.040
Carteira de câmbio	9.a	172.569	245.201	172.569	245.201	Carteira de câmbio	9.a	650	6	650	6
Rendas a receber		4.150	5.323	1.728	1.485	Sociais e estatutárias		42.086	42.286	42.760	45.053
Negociação e intermediação de valores		2.535	4.169	3.119	5.233	Fiscais e previdenciárias	21.a	51.580	35.499	74.195	59.203
Recebíveis imobiliários	10	-	-	13.031	7.218	Negociação e intermediação de valores		1.399	10.153	33.390	45.341
Títulos e créditos a receber	8 e 11	812.757	842.258	831.970	855.013	Dívidas subordinadas	19	88.113	250.782	88.113	250.782
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(58.028)	(59.357)	(58.747)	(59.593)	Diversas	21.b	1.861.278	1.172.945	1.879.736	1.181.966
Diversos	11	1.861.430	1.293.092	1.946.242	1.419.996						
Outros valores e bens		192.270	418.844	395.915	549.058						
Outros valores e bens	12.a	149.054	140.922	364.717	281.697						
(Provisão para desvalorização)	12.a	(39.567)	(34.134)	(53.356)	(45.923)						
Despesas antecipadas	12.b	82.783	312.056	84.554	313.284						

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.838.174	12.983.669	14.289.255	14.449.931	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.333.438	5.228.803	5.732.633	5.862.660
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	9.289	85.732	5.548	21.021	Depósitos	16.a	2.459.843	1.608.419	2.266.580	1.487.034
Aplicações em depósitos interfinanceiros		9.289	85.732	5.548	21.021	Depósitos interfinanceiros		29.428	36.803	29.428	36.803
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.315.505	2.139.409	1.718.980	2.540.071	Depósitos a prazo		2.430.415	1.571.616	2.237.152	1.450.231
Carteira própria	7.a	331.442	262.759	648.051	589.496	Captações no mercado aberto	16.b	100.338	100.551	96.940	94.298
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	693.232	1.211.406	693.232	1.211.406	Carteira própria		100.338	100.551	96.940	94.298
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	159.600	621.324	143.134	621.324	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	773.399	831.259	1.123.960	1.298.243
Vinculados ao Banco Central	7.a	-	-	51.151	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		773.399	831.259	1.123.960	1.298.243
Vinculados à prestação de garantias	7.a	131.231	43.920	183.412	117.845	Obrigações por empréstimos	18.a	-	-	132.063	153.634
Operações de crédito	8	8.368.030	7.642.774	8.942.131	8.366.851	Empréstimos no Exterior		-	-	132.063	153.634
Operações de crédito - setor privado		8.622.186	7.914.714	9.226.475	8.669.154	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	111.738	26.358	111.738	13.037
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(254.156)	(271.940)	(284.344)	(302.303)	Instrumentos financeiros derivativos		111.738	26.358	111.738	13.037
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	157	1.363	Outras obrigações		1.888.120	2.662.216	2.001.352	2.816.414
Operações de arrendamento a receber		-	-	187	1.775	Fiscais e previdenciárias	21.a	-	-	82.062	93.799
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(30)	(412)	Dívidas subordinadas	19	1.663.233	2.107.153	1.663.233	2.107.153
Outros créditos		2.877.701	2.978.998	3.350.692	3.382.942	Diversas	21.b	224.887	555.063	256.057	615.462
Negociação e intermediação de valores		-	-	480	-						
Créditos específicos		-	-	848	1.444	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		794	1.565	794	1.565
Recebíveis imobiliários	10	-	-	14.368	32.561	Resultados de exercícios futuros		794	1.565	794	1.565
Títulos e créditos a receber	8 e 11	25.614	100.479	65.493	101.456	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	-	19
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(5.646)	(15.832)	(7.135)	(15.832)	Participação de acionistas minoritários		-	-	-	19
Diversos	11	2.857.733	2.894.351	3.276.638	3.263.313						
Outros valores e bens		267.649	136.756	271.747	137.683	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.412.162	3.643.797	3.412.162	3.643.797
Despesas antecipadas	12.b	267.649	136.756	271.747	137.683	Capital social:	22	3.460.732	3.460.732	3.460.732	3.460.732
						De domiciliados no País		3.051.660	3.080.704	3.051.660	3.080.704
PERMANENTE		1.024.414	1.024.265	274.247	277.343	De domiciliados no Exterior		409.072	380.028	409.072	380.028
Investimentos		941.987	937.500	48.988	3.471	Reserva de capital		-	195.208	-	195.208
Participações em controladas	13.a	941.608	934.029	48.609	-	Reserva de lucros		-	7.719	-	7.719
Outros investimentos	13.b	379	3.471	379	3.471	Ajustes de avaliação patrimonial		(14.259)	(19.862)	(14.259)	(19.862)
Imobilizado de uso	14	37.834	30.912	37.838	50.128	Prejuízos acumulados		(34.311)	-	(34.311)	-
Outras imobilizações de uso		71.546	51.731	71.585	81.088						
(Depreciações acumuladas)		(33.712)	(20.819)	(33.747)	(30.960)	TOTAL DO ATIVO		26.589.419	24.802.422	27.505.576	26.097.092
Intangível	15.b	44.593	55.853	187.421	223.744						
Ativos intangíveis		113.192	99.067	367.731	353.220						
(Amortizações acumuladas)		(68.599)	(43.214)	(180.310)	(129.476)						
TOTAL DO ATIVO		26.589.419	24.802.422	27.505.576	26.097.092	TOTAL DO PASSIVO		26.589.419	24.802.422	27.505.576	26.097.092

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Banco			Consolidado	
		2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.732.713	6.322.065	7.173.993	6.556.749	7.515.424
Rendas de operações de crédito	8.g	3.612.861	6.639.841	6.097.774	6.922.869	6.385.682
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	-	-	2.354	9.281
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	223.033	470.917	363.077	463.431	386.636
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(103.181)	(788.693)	713.142	(831.905)	733.825
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.938.846)	(3.451.020)	(4.396.103)	(3.677.204)	(4.636.533)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.462.815)	(2.464.145)	(3.630.621)	(2.573.774)	(3.755.337)
Operações de empréstimos e repasses	18.b	-	-	-	16.243	(40.073)
Resultado de operação de câmbio	9.b	10.692	(1.245)	183.775	(1.245)	183.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(486.723)	(985.630)	(949.257)	(1.118.428)	(1.024.898)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.793.867	2.871.045	2.777.890	2.879.545	2.878.891
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.804.023)	(3.211.565)	(2.879.392)	(3.263.455)	(3.003.307)
Receitas de prestação de serviços	23	235.588	456.865	450.606	489.405	480.926
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	621	(61.377)	(39.073)	33.157	-
Despesas de pessoal	24	(232.459)	(392.041)	(303.245)	(508.815)	(528.521)
Outras despesas administrativas	25	(1.197.460)	(2.121.623)	(1.878.587)	(2.072.541)	(1.748.473)
Despesas tributárias	26	(112.786)	(189.696)	(184.022)	(235.121)	(243.759)
Outras receitas operacionais	27.a	91.107	255.426	216.237	291.446	250.715
Outras despesas operacionais	27.b	(588.634)	(1.159.119)	(1.141.308)	(1.260.986)	(1.214.195)
RESULTADO OPERACIONAL		(10.156)	(340.520)	(101.502)	(383.910)	(124.416)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(29.364)	(59.606)	(54.462)	(66.498)	(74.422)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		(39.520)	(400.126)	(155.964)	(450.408)	(198.838)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	26.750	162.888	164.016	213.168	206.888
Provisão para imposto de renda		(1.770)	(5.673)	(618)	23.128	9.661
Provisão para contribuição social		(1.902)	(4.376)	(741)	(7.190)	(2.397)
Ativo fiscal diferido		30.422	172.937	165.375	197.230	199.624
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	-	2	2
PREJUÍZO / LUCRO LÍQUIDO		(12.770)	(237.238)	8.052	(237.238)	8.052
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		-	-	(3.152)	-	(3.152)
PREJUÍZO / LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 929.040.163 ações em 31/12/2016 e 31/12/2015)		(0,01)	(0,26)	0,01		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS	2.701.142	4.363.211	5.274.059	4.400.315	5.486.201
Intermediação financeira	3.732.713	6.322.065	7.173.993	6.556.749	7.515.424
Prestação de serviços	235.588	456.865	450.606	489.405	480.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(486.723)	(985.630)	(949.257)	(1.118.428)	(1.024.898)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(780.436)	(1.430.089)	(1.401.283)	(1.527.411)	(1.485.251)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.452.123)	(2.465.390)	(3.446.846)	(2.558.776)	(3.611.635)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(896.100)	(1.565.011)	(1.383.595)	(1.464.761)	(1.195.706)
Materiais, energia e outros	(1.413)	(2.381)	(1.896)	(3.841)	(3.701)
Serviços de terceiros	(108.576)	(195.853)	(149.911)	(228.483)	(190.092)
Comissões pagas a correspondentes bancários	(786.111)	(1.366.777)	(1.231.788)	(1.232.438)	(1.001.913)
VALOR ADICIONADO BRUTO	352.919	332.810	443.618	376.778	678.860
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(24.290)	(47.535)	(36.839)	(64.627)	(54.618)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	328.629	285.275	406.779	312.151	624.242
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	621	(61.377)	(39.073)	33.157	-
Resultado de equivalência patrimonial	621	(61.377)	(39.073)	33.157	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	329.250	223.898	367.706	345.308	624.242
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	329.250	223.898	367.706	345.308	624.242
Pessoal	197.410	332.725	264.288	429.733	454.317
Remuneração direta	151.332	258.564	213.020	328.656	355.317
Benefícios	33.517	51.819	34.942	71.222	71.156
FGTS	11.077	19.739	13.130	27.084	24.339
Outros	1.484	2.603	3.196	2.771	3.505
Impostos, taxas e contribuições	121.132	86.213	60.736	101.487	113.033
Federal	110.135	64.913	38.880	60.375	67.496
Estadual	2	3	1	7	13
Municipal	10.995	21.297	21.855	41.105	45.524
Remuneração de capitais de terceiros	23.478	42.198	34.630	51.328	48.842
Aluguéis	23.478	42.198	34.630	51.328	48.842
Remuneração de capitais próprios	(12.770)	(237.238)	8.052	(237.240)	8.050
Prejuízos/Lucros retidos	(12.770)	(237.238)	4.900	(237.238)	4.900
Juros sobre o capital próprio provisionado	-	-	3.152	-	3.152
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	(2)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.460.732	195.208	232	2.587	(24.273)	-	3.634.486
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	4.411	-	4.411
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	8.052	8.052
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22b)	-	-	403	-	-	(403)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22b)	-	-	-	4.497	-	(4.497)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22c)	-	-	-	-	-	(3.152)	(3.152)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	-	3.643.797
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	-	3.643.797
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5.603	-	5.603
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(237.238)	(237.238)
Absorção de Prejuízo (Nota 22b)	-	(195.208)	(635)	(7.084)	-	202.927	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	3.460.732	195.208	635	7.084	(17.286)	(224.468)	3.421.905
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	3.027	-	3.027
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(12.770)	(12.770)
Absorção de Prejuízo (Nota 22b)	-	(195.208)	(635)	(7.084)	-	202.927	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(12.770)	(237.238)	8.052	(237.238)	8.052
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:					
Depreciações e amortizações	18.467	35.890	25.194	39.574	29.565
Amortização de ágio	5.823	11.645	11.645	25.053	25.053
Constituição de provisão para contingências	146.884	259.926	135.385	323.173	148.345
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(518)	(2.408)	(7.063)	(6.173)	(14.305)
Resultado na alienação de bens não de uso próprio	15.445	44.616	59.590	48.864	75.254
Perda por <i>impairment</i>	14.714	18.444	4.386	24.853	15.991
Equivalência patrimonial	(621)	61.377	39.073	(33.157)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	486.723	985.630	949.257	1.118.428	1.024.898
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(30.422)	(172.937)	(165.375)	(197.230)	(199.624)
Resultado líquido ajustado	643.725	1.004.945	1.060.144	1.106.147	1.113.229
Variação de Ativos e Passivos:					
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(183.101)	(289.830)	(469.694)	(136.182)	(138.664)
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	94.028	(154.209)	268.089	(128.265)	134.599
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	(20.723)	622.237	(351.436)	652.024	(334.630)
Redução em relações interfinanceiras	74.713	56.492	22.237	56.492	22.237
(Aumento) em operações de crédito	(1.581.350)	(2.959.264)	(723.098)	(2.790.620)	(830.948)
Redução em operações de arrendamento mercantil		-	-	6.425	27.427
(Aumento) em outros créditos	(192.735)	(187.766)	(384.967)	(205.879)	(233.416)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	6.391	(34.471)	(17.691)	(143.535)	(139.779)
Aumento em depósitos	881.769	2.327.353	576.978	2.237.423	622.587
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(185.274)	384.050	456.616	386.906	461.678
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	216.904	550.201	836.013	304.197	697.469
Aumento/(Redução) em outras obrigações	404.206	(211.006)	759.801	(332.990)	645.416
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(4.073)	(22.203)	24.947	(22.203)	24.947
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(232)	(771)	(40)	(771)	(40)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	154.248	1.085.758	2.057.899	989.169	2.072.112
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Alienação de bens não de uso próprio	48.232	77.284	64.249	103.568	86.651
Redução de investimentos	17.289	17.289	38.393	-	-
Aumento de investimentos	(80.000)	(92.360)	(6.483)	(12.359)	(2.676)
Aquisição de imobilizado de uso	(20.587)	(21.875)	(6.614)	(6.660)	(8.573)
Aplicações no intangível	(6.979)	(17.461)	(38.433)	(17.853)	(40.318)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	4.088	-	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(42.045)	(37.122)	55.200	66.696	35.084
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
(Redução) de letras financeiras	(303.231)	(528.010)	(694.002)	(528.010)	(694.002)
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	(1.041.293)	-	(1,041.293)
(Redução) de dívidas subordinadas	(61.337)	(285.279)	(148.378)	(285.279)	(148,378)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(173.411)	(624.622)	(126.082)	(624.622)	(126,082)
Juros sobre o capital próprio provisionados/pagos	-	-	(3.152)	-	(3,152)
Variação nas participações minoritárias	-	-	-	(19)	(1)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(537.979)	(1.437.911)	(2.012.907)	(1.437.930)	(2.012.908)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(425.776)	(389.275)	100.192	(382.065)	94.288
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	433.200	396.699	296.507	401.586	307.298
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (Nota 5)	7.424	7.424	396.699	19.521	401.586
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA					
Juros pagos	(1.511.893)	(2.953.514)	(2.519.473)	(3.063.797)	(2.559.295)
Juros recebidos	3.582.424	6.578.875	6.051.230	6.681.138	5.389.735
Transferência de ativos não de uso próprio	(16.182)	(45.682)	(46.560)	(45.862)	(34.604)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	10.035	14.123	6.556	14.123	(10.348)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário às pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários – CRIs, emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRAs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através de um acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., abaixo demonstra-se a composição acionária atual do Banco PAN:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	3	-	4	-	7	-
Mercado	5	-	179.246.343	45,49	179.246.348	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;

Ao longo de 2016 o Banco Central aprovou os CPC's abaixo mencionados que passarão a vigorar em 01/01/2017:

10. CPC 04 – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; e
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2016, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 06/02/2017.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2016	31/12/2015
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	99,97
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária.	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	99,99
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)	-	99,99

(1) Empresa incorporada pelo Banco Pan S.A. em 20/12/2016 (aguardando aprovação do BACEN).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço

Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

No exercício encerrado em 31/12/2016, o valor lançado para despesa relativo a 2/3 das comissões no ato da originação foi de R\$ (304.727).

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros

ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)(8)	Eliminações (9)	Total
Circulante	12.839.568	1.888	123.667	14.626	32.222	(69.897)	12.942.074
Realizável a longo prazo	13.851.293	52.051	271.696	196.470	132.215	(214.470)	14.289.255
Permanente	878.236	113	2.824	4.055	-	(610.981)	274.247
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)	27.505.576
Total em 31/12/2015	25.994.196	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)	26.097.092

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)(8)	Eliminações (9)	Total
Circulante	18.385.987	3.883	27.675	5.096	7.243	(69.897)	18.359.987
Exigível a longo prazo	5.770.154	7.536	156.433	7.708	5.272	(214.470)	5.732.633
Resultado de exercícios futuros	794	-	-	-	-	-	794
Patrimônio líquido	3.412.162	42.633	214.079	202.347	151.922	(610.981)	3.412.162
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)	27.505.576
Total em 31/12/2015	25.994.196	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)	26.097.092



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)(8)	Eliminações (9)	Total
- Receitas da intermediação financeira	6.536.663	1.835	(8.797)	33.962	17.694	(24.608)	6.556.749
- Despesas da intermediação financeira	(3.718.055)	-	16.243	-	-	24.608	(3.677.204)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.818.608	1.835	7.446	33.962	17.694	-	2.879.545
- Outras receitas/despesas operacionais	(3.230.670)	(7.758)	(11.179)	(45.700)	(1.305)	-	(3.296.612)
- Resultado de equivalência patrimonial	29.888	-	-	-	-	3.270	33.157
- Resultado não operacional	(65.853)	-	70	(716)	-	-	(66.498)
- Provisão para IR e CSLL	210.787	1.984	1.321	4.553	(5.477)	-	213.168
- Minoritário	2	-	-	-	-	-	2
Resultado Líquido em 31/12/2016	(237.238)	(3.939)	(2.342)	(7.901)	10.912	3.270	(237.238)
Resultado Líquido em 31/12/2015	(12.187)	(511)	(7.318)	6.385	(40.828)	62.511	8.052

- (1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
- (2) Em 30/09/2015 a empresa BMSR II Participações S.A foi totalmente cindida;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
- (6) A empresa Panserv Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco Pan em 20/12/2016;
- (7) Representados pelas empresas Brazilian Finance & Real Estate S.A. e Pan Holding S.A.;
- (8) Em 30/09/2015 a empresa Pan Holding S.A foi totalmente cindida; e
- (9) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional	290	12.171	12.387	17.058
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.134	30.985	7.134	30.985
Total de disponibilidades (caixa)	7.424	43.156	19.521	48.043
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	353.543	-	353.543
Total	7.424	396.699	19.521	401.586

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição Vendida							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442.191	85.732	-	1.711.797

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição Vendida							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	21.909	838	52.292	5.548	80.587	105.541
Total em 31/12/2016	-	913.705	838	52.292	5.548	972.383	-
Total em 31/12/2015	18.427	1.086.109	4.120	60.067	21.021	-	1.189.744

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
Posição bancada	30.529	28.144	30.529	28.144
Posição financiada	101.741	61.185	101.741	61.185
Posição vendida	15.402	27.688	15.402	27.688
Subtotal	147.672	117.017	147.672	117.017
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	86.889	45.486	13.493	11.300
Total (Nota 7h)	234.561	162.503	161.165	128.317

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2016 e em 31/12/2015, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria:	379.251	344.450	719.922	733.501
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	2.411	1.938
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	328.203	347.403
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	196.015	177.483	206.045	217.066
Letras do Tesouro Nacional – LTN	140.080	64.654	140.080	64.654
Notas do Tesouro Nacional – NTN	42.822	101.996	42.822	101.996
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	27	27
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	334	317	334	317
Outros	-	-	-	100
Vinculados a compromisso de recompra:	1.319.247	1.274.702	1.319.247	1.274.702
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	361.592	100.590	361.592	100.590
Letras do Tesouro Nacional – LTN	782.181	726.020	782.181	726.020
Notas do Tesouro Nacional – NTN	175.474	448.092	175.474	448.092
Vinculados ao Banco Central:	-	-	51.151	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	-	-	51.151	-
Vinculados à prestação de garantias:	131.231	55.930	186.916	135.165
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	92.742	16.810	133.847	80.129
Notas do Tesouro Nacional – NTN	38.489	39.120	38.489	39.120
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	14.480	12.784
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	100	3.132
Total de títulos e valores mobiliários	1.829.729	1.675.082	2.277.236	2.143.368
Instrumentos financeiros derivativos:	177.839	684.093	161.373	684.093
Diferenciais a receber de “swap”	177.839	684.093	161.373	684.093
Total	2.007.568	2.359.175	2.438.609	2.827.461

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital da empresa Pan Arrendamento Mercantil, que foi homologado pelo BACEN em 25/01/2017 (Nota 13a).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

Banco	31/12/2016								31/12/2015	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1) (2)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1) (2)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	46.340	-	46.340	46.368	(28)	3.703	1
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	21.053	4.356	-	-	25.409	25.286	123	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	1.509	10
Total de títulos para negociação	-	21.053	4.356	46.340	-	71.749	71.654	95	5.212	11
Títulos disponíveis para venda										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	559.756	44.253	604.009	604.807	(798)	291.180	38
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	189.179	(1.633)
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	-	559.756	44.253	604.009	604.807	(798)	480.359	(1.595)
Títulos mantidos até o vencimento (3)										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	652.437	244.415	-	-	896.852	896.852	-	790.674	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	247.838	-	8.947	256.785	256.785	-	398.520	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	334	-	-	-	-	334	334	-	317	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	334	652.437	492.253	-	8.947	1.153.971	1.153.971	-	1.189.511	-
Total	334	673.490	496.609	606.096	53.200	1.829.729	1.830.432	(703)	1.675.082	(1.584)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	31/12/2016								31/12/2015	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:										
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	-	46.340	-	46.340	46.368	(28)	3.703	1
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	21.053	4.356	-	-	25.409	25.286	123	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	1.509	10
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-
Total de títulos para negociação	-	21.053	4.356	46.340	-	71.749	71.654	95	5.239	11
Títulos disponíveis para venda:										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	654.837	51.457	706.294	707.237	(943)	394.082	39
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	189.179	(1.633)
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	3.403	1.907	11.582	-	16.892	16.892	-	14.722	-
Cotas de fundos de investimento	-	127	-	-	-	127	127	-	3.132	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	24.036	60.209	52.814	191.144	328.203	349.038	(20.835)	347.403	(28.765)
Total de títulos disponíveis para venda	-	27.566	62.116	719.233	242.601	1.051.516	1.073.294	(21.778)	948.518	(30.359)
Títulos mantidos até o vencimento (3):										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	652.437	244.415	-	-	896.852	896.852	-	790.674	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	247.838	-	8.947	256.785	256.785	-	398.520	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	334	-	-	-	-	334	334	-	317	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	334	652.437	492.253	-	8.947	1.153.971	1.153.971	-	1.189.611	-
Total	334	701.056	558.725	765.573	251.548	2.277.236	2.298.919	(21.683)	2.143.368	(30.348)

- (1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 10.723 (31/12/2015 – inferior em R\$ 45.332); e
- (3) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Banco	31/12/2016				31/12/2015			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	2.947.467	177.839	182.473	(4.634)	2.834.742	684.093	684.292	(199)
Swap	2.947.467	177.839	182.473	(4.634)	2.822.272	684.093	684.292	(199)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	-	-	-
Posição passiva:	2.947.467	(145.734)	(63.867)	(81.867)	2.834.742	(29.751)	(20.647)	(9.104)
Swap	2.947.467	(145.734)	(63.867)	(81.867)	2.822.272	(29.127)	(20.397)	(8.730)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	(624)	(250)	(374)
Subtotal posição líquida	-	32.105	118.606	(86.501)	-	654.342	663.645	(9.303)
Contratos futuros	-	1.135	1.135	-	-	(5.984)	(5.984)	-
Posição ativa	6.907.243	2.535	2.535	-	6.649.854	4.169	4.169	-
Posição passiva	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-	6.649.854	(10.153)	(10.153)	-
Total		33.240	119.741	(86.501)		648.358	657.661	(9.303)

Consolidado	31/12/2016				31/12/2015			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)	2.697.158	684.093	684.307	(214)
Swap	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)	2.684.688	684.093	684.307	(214)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	-	-	-
Posição passiva:	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)	2.697.158	(16.430)	(5.233)	(11.197)
Swap	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)	2.684.688	(15.806)	(4.983)	(10.823)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	(624)	(250)	(374)
Subtotal posição líquida	-	15.639	105.474	(89.835)	-	667.663	679.074	(11.411)
Contratos futuros	-	1.135	1.135	-	-	(5.984)	(5.984)	-
Posição ativa	6.907.243	2.535	2.535	-	6.649.854	4.169	4.169	-
Posição passiva	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-	6.649.854	(10.153)	(10.153)	-
Total		16.774	106.609	(89.835)		661.679	673.090	(11.411)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

Banco	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Swap	-	20.960	70.890	686.708	2.168.909	2.947.467	2.822.272
Dólar x CDI	-	-	51.362	49.337	1.066.407	1.167.106	1.050.324
CDI x Dólar	-	-	19.528	12.528	-	32.056	87.114
CDI x Pré	-	-	-	610.543	822.934	1.433.477	1.441.011
Pré x Dólar	-	20.960	-	14.300	-	35.260	44.025
Libor x CDI	-	-	-	-	62.214	62.214	-
CDI x Libor	-	-	-	-	137.584	137.584	137.584
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	79.770	79.770	-
Termo de moeda	-	-	-	-	-	-	12.470
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	12.470
Contratos futuros	588.165	756.118	296.901	793.787	4.472.272	6.907.243	6.649.854
DDI	1.628	24.286	58.004	70.351	120.580	274.849	638.358
DI	584.907	712.163	238.897	723.436	4.351.692	6.611.095	5.853.890
Dólar	1.630	19.669	-	-	-	21.299	157.606
Total	588.165	777.078	367.791	1.480.495	6.641.181	9.854.710	9.484.596

Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Swap	-	20.960	70.890	686.708	2.031.325	2.809.883	2.684.688
Dólar x CDI	-	-	51.362	49.337	1.066.407	1.167.106	1.050.324
CDI x Dólar	-	-	19.528	12.528	-	32.056	87.114
CDI x Pré	-	-	-	610.543	822.934	1.433.477	1.441.011
Pré x Dólar	-	20.960	-	14.300	-	35.260	44.025
Libor x CDI	-	-	-	-	62.214	62.214	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	79.770	79.770	-
Termo de moeda	-	-	-	-	-	-	12.470
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	12.470
Contratos futuros	588.165	756.118	296.901	793.787	4.472.272	6.907.243	6.649.854
DDI	1.628	24.286	58.004	70.351	120.580	274.849	638.358
DI	584.907	712.163	238.897	723.436	4.351.692	6.611.095	5.853.890
Dólar	1.630	19.669	-	-	-	21.299	157.606
Total	588.165	777.078	367.791	1.480.495	6.503.597	9.717.126	9.347.012

e) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CETIP (balcão)	2.947.467	2.834.742	2.809.883	2.697.158
BM&FBOVESPA (bolsa)	6.907.243	6.649.854	6.907.243	6.649.854
Total	9.854.710	9.484.596	9.717.126	9.347.012

Contrapartes: Em 31/12/2016 estão assim distribuídas: BM&F 70,09%, Instituições Financeiras 27,73%, e outros 2,18%.

f) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos Financeiros				
Posição Ativa	2.158.530	2.497.447	2.289.204	2.579.697
Swap – Dólar (1)	1.805.442	2.497.447	1.805.442	2.497.447
Futuros DDI BM&F – Dólar (2)	-	-	66.144	-
Swap – Dólar (2)	-	-	64.530	82.250
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (3)	353.088	-	353.088	-
Posição Passiva	(3.700.766)	-	(3.700.766)	-
Swap – Taxa Pré – Reais (4)	(1.760.994)	-	(1.760.994)	-
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (4)	(1.939.772)	-	(1.939.772)	-
Objeto de Hedge				
Posição Ativa	3.137.864	-	3.137.864	-
Operações de Crédito (4)	3.137.864	-	3.137.864	-
Posição Passiva	(1.924.936)	(2.203.182)	(2.059.037)	(2.279.703)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.576.844)	(2.203.182)	(1.576.844)	(2.203.182)
Empréstimos no Exterior (2)	-	-	(134.101)	(76.521)
Certificados de depósitos a prazo (3)	(348.092)	-	(348.092)	-

- (1) Em 23/06/2016 houve uma liquidação antecipada dos (*Bonds*), correspondente a 8,64% da dívida, no montante de US\$ 43.208, consequentemente foi realizada a baixa proporcional do instrumento derivativo que foi designado como hedge contábil;
- (2) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;
- (3) Utilizado como proteção do risco pré fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e
- (4) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	Banco			Consolidado		
	31/12/2016			31/12/2016		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	875.929	(1.436.867)	(560.938)	833.190	(1.437.340)	(604.150)
Termo de moeda	4.535	(1.562)	2.973	4.535	(1.562)	2.973
Opções	1.904	(2.826)	(922)	1.904	(2.826)	(922)
Futuro	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)
Total em 31/12/2016	2.299.355	(3.088.048)	(788.693)	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)
Total em 31/12/2015	3.950.951	(3.237.809)	713.142	4.064.459	(3.330.634)	733.825

h) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de renda fixa	236.356	200.574	302.266	258.319
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	234.561	162.503	161.165	128.317
Total	470.917	363.077	463.431	386.636



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor (1)	5.228.802	29,74	5.929.863	37,57	5.228.802	27,64	5.929.863	34,23
Empréstimo em consignação (1)	7.060.546	40,16	4.491.946	28,46	7.060.546	37,32	4.491.946	25,93
Capital de giro	1.467.984	8,35	1.965.511	12,45	1.467.984	7,76	1.965.511	11,34
Financiamentos à exportação	524.382	2,98	740.102	4,69	524.382	2,77	740.102	4,27
Financiamentos habitacionais	1.756	0,01	11.266	0,07	535.014	2,83	627.108	3,62
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	1.416.649	8,06	853.919	5,41	1.416.649	7,49	853.919	4,93
Empréstimos com garantia imobiliária	-	-	-	-	621.450	3,29	720.063	4,16
Créditos vinculados à cessão (3)	350.438	1,99	419.142	2,66	350.438	1,85	419.142	2,42
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	122.074	0,65	181.482	1,05
Crédito pessoal (1)	14.489	0,08	48.249	0,31	14.489	0,08	48.249	0,28
Renegociações	78.373	0,46	67.027	0,42	78.373	0,41	67.027	0,39
Operações de arrendamento mercantil (4)	-	-	-	-	1.728	0,01	9.719	0,06
Conta garantida	425.514	2,42	112.788	0,71	425.514	2,24	112.788	0,65
Outros	-	-	17	-	-	-	18	-
Total das operações de crédito	16.568.933	94,25	14.639.830	92,75	17.847.443	94,34	16.166.937	93,31
Outros créditos (5)	838.371	4,77	942.737	5,97	897.463	4,74	956.469	5,52
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (6)	172.740	0,98	202.360	1,28	172.740	0,92	202.360	1,17
Total	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	165.273	-	-	-	165.273	-	-	-
Carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	17.745.317	-	15.784.927	-	19.082.919	-	17.325.766	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Banco										
	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	746.333	334.809	376.126	309.217	95.677	92.459	63.079	258.583	2.276.283	2.429.056
01 a 30	-	37.036	16.482	19.730	10.530	5.490	4.761	3.420	14.728	112.177	100.085
31 a 60	-	35.025	16.636	20.630	10.272	5.444	4.676	3.357	14.478	110.518	96.666
61 a 90	-	33.596	17.340	18.267	34.006	4.854	5.650	3.050	13.157	129.920	110.110
91 a 180	-	87.287	43.049	60.861	57.795	13.330	12.029	8.409	35.641	318.401	271.043
181 a 365	-	150.587	91.314	86.367	64.075	21.233	21.185	15.460	57.044	507.265	498.335
Acima de 365	-	402.802	149.988	170.271	132.539	45.326	44.158	29.383	123.535	1.098.002	1.352.817
Parcelas Vencidas	-	56.352	47.955	69.616	218.168	110.010	74.417	61.336	327.386	965.240	733.704
01 a 14	-	50.678	5.254	15.124	9.392	2.713	3.099	1.555	6.486	94.301	131.225
15 a 30	-	5.674	39.692	8.652	4.393	20.601	2.004	1.997	9.442	92.455	88.277
31 a 60	-	-	3.009	41.864	43.308	8.400	5.016	4.063	15.740	121.400	94.754
61 a 90	-	-	-	2.832	113.262	6.368	5.209	3.997	16.153	147.821	72.357
91 a 180	-	-	-	1.144	30.731	48.927	40.434	35.174	60.538	216.948	175.393
181 a 365	-	-	-	-	17.082	23.001	18.655	14.550	219.027	292.315	171.698
Subtotal	-	802.685	382.764	445.742	527.385	205.687	166.876	124.415	585.969	3.241.523	3.162.760
Provisão Requerida	-	4.013	3.828	13.372	52.738	61.706	83.438	87.089	585.969	892.153	783.637

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	12.693.667	1.039.570	350.785	169.255	33.432	11.961	8.231	31.620	14.338.521	12.622.167
01 a 30	-	1.764.894	43.617	25.037	9.818	1.149	817	375	13.467	1.859.174	1.378.372
31 a 60	-	488.550	43.377	18.032	33.256	661	195	127	898	585.096	521.016
61 a 90	-	443.283	31.303	18.594	7.709	639	1.806	119	703	504.156	480.596
91 a 180	-	1.170.904	158.898	70.190	35.141	22.702	324	233	1.226	1.459.618	1.409.616
181 a 365	-	1.905.057	327.734	87.370	33.683	2.488	8.020	6.286	10.041	2.380.679	2.170.191
Acima de 365	-	6.920.979	434.641	131.562	49.648	5.793	799	1.091	5.285	7.549.798	6.662.376
Subtotal	-	12.693.667	1.039.570	350.785	169.255	33.432	11.961	8.231	31.620	14.338.521	12.622.167
Provisão Requerida	-	63.469	10.395	10.524	16.926	10.030	5.980	5.762	31.620	154.706	153.994
Total (1)	-	13.496.352	1.422.334	796.527	696.640	239.119	178.837	132.646	617.589	17.580.044	15.784.927
Total Provisão	-	67.482	14.223	23.896	69.664	71.736	89.418	92.851	617.589	1.046.859	937.631

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado										
	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	915.901	406.372	440.867	330.743	109.554	97.336	66.037	267.405	2.634.215	2.722.440
01 a 30	-	39.862	17.604	20.690	10.869	5.714	4.852	3.491	14.973	118.055	104.613
31 a 60	-	38.013	17.768	21.634	10.623	5.675	4.774	3.431	14.722	116.640	101.113
61 a 90	-	36.536	18.457	19.249	34.350	5.082	5.744	3.124	13.399	135.941	114.468
91 a 180	-	95.817	46.308	63.729	58.798	13.998	12.306	8.625	36.197	335.778	286.586
181 a 365	-	166.511	97.419	91.712	65.944	22.463	21.670	15.767	57.928	539.414	521.187
Acima de 365	-	539.162	208.816	223.853	150.159	56.622	47.990	31.599	130.186	1.388.387	1.594.473
Parcelas Vencidas	-	59.714	56.132	105.821	225.782	181.252	131.885	97.140	386.186	1.243.912	1.006.229
01 a 14	-	53.646	6.030	15.863	13.049	2.839	3.156	29.739	6.561	130.883	199.370
15 a 30	-	6.068	46.233	8.922	7.494	20.637	2.025	9.266	13.518	114.163	120.783
31 a 60	-	-	3.869	76.324	43.584	25.406	28.588	4.112	15.901	197.784	162.439
61 a 90	-	-	-	3.363	113.466	6.523	5.280	4.048	16.317	148.997	104.410
91 a 180	-	-	-	1.349	31.107	89.740	74.016	35.319	60.971	292.502	245.547
181 a 365	-	-	-	-	17.082	36.107	18.820	14.656	272.918	359.583	173.680
Subtotal	-	975.615	462.504	546.688	556.525	290.806	229.221	163.177	653.591	3.878.127	3.728.669
Provisão Requerida	-	4.878	4.625	16.400	55.652	87.242	114.611	114.223	653.591	1.051.222	881.696

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Parcelas Vincendas	-	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097
01 a 30	-	1.772.010	43.872	69.627	9.851	1.445	820	376	13.501	1.911.502	1.434.497
31 a 60	-	495.515	53.783	25.928	33.289	669	198	128	969	610.479	566.553
61 a 90	-	459.593	46.277	25.515	7.742	646	1.809	1.580	736	543.898	524.563
91 a 180	-	1.190.866	201.094	70.641	86.639	25.513	2.145	236	1.325	1.578.459	1.535.718
181 a 365	-	1.957.771	331.900	137.248	37.540	2.528	8.037	6.291	10.098	2.491.413	2.357.854
Acima de 365	-	7.224.624	452.866	148.844	61.908	7.438	1.011	1.154	5.923	7.903.768	7.177.912
Subtotal	-	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097
Provisão Requerida	-	65.502	11.298	14.335	23.697	11.472	7.009	6.836	32.552	172.701	171.758
Total (1)	-	14.075.994	1.592.296	1.024.491	793.494	329.045	243.241	172.942	686.143	18.917.646	17.325.766
Total Provisão	-	70.380	15.923	30.735	79.349	98.714	121.620	121.059	686.143	1.223.923	1.053.454

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	954.613	842.259	1.070.436	959.818
- Constituição/reversão de provisão	985.630	949.257	1.118.428	1.024.898
- Baixas contra a provisão	(868.592)	(836.903)	(940.149)	(914.280)
Saldo do fim do exercício	1.071.651	954.613	1.248.715	1.070.436
- Créditos recuperados (2)	200.789	259.249	228.680	302.334
- Efeito no resultado (3)	(784.841)	(690.008)	(889.748)	(722.564)

- (1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);
- (2) No exercício findo em 31/12/2016, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 228.680 (sendo R\$ 200.789 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 2.958 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 24.933 de recuperação de créditos imobiliários); e
- (3) Despesa de provisão constituída deduzido a receita de créditos recuperados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	14.568.685	82,87	12.100.600	76,66	15.341.467	81,08	12.971.002	74,87
Agroindústria	498.061	2,83	676.591	4,28	498.061	2,63	676.591	3,91
Açúcar e Etanol	182.903	1,04	252.963	1,60	182.903	0,97	252.963	1,46
Agronegócio e Proteína Animal	315.158	1,79	423.628	2,68	315.158	1,66	423.628	2,45
Comércio	586.445	3,34	706.584	4,48	586.544	3,11	707.341	4,08
Atacado e Varejo	586.445	3,34	706.584	4,48	586.544	3,11	707.341	4,08
Indústrias de Base	283.179	1,61	445.576	2,82	283.469	1,51	446.065	2,57
Autopeças	16.382	0,09	11.814	0,07	16.382	0,09	11.814	0,07
Indústria Química	23.103	0,13	49.269	0,31	23.103	0,13	49.269	0,28
Outras Indústrias	147.288	0,84	308.810	1,96	147.578	0,78	309.299	1,79
Papel e Celulose	68.522	0,39	65.280	0,41	68.522	0,36	65.280	0,38
Têxtil	27.884	0,16	10.403	0,07	27.884	0,15	10.403	0,06
Serviços	1.643.674	9,35	1.855.576	11,76	2.208.105	11,67	2.524.767	14,57
Construção e Incorporação	803.443	4,57	886.401	5,62	1.366.635	7,22	1.550.243	8,95
Financeiros	137.020	0,78	113.421	0,72	137.020	0,71	113.421	0,65
Locação de Veículos	22.003	0,13	31.621	0,20	22.003	0,12	31.621	0,18
Mídia, TI e Telecom	2.327	0,01	18.647	0,12	2.327	0,01	18.647	0,11
Outros Serviços	480.411	2,73	609.792	3,86	481.650	2,55	615.140	3,55
Saúde, Segurança e Educação	35.435	0,21	4.636	0,03	35.435	0,19	4.636	0,03
Transporte e Logística	139.360	0,79	177.374	1,12	139.360	0,74	177.374	1,02
Utilitários	23.675	0,13	13.684	0,09	23.675	0,13	13.685	0,08
Total (1)	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8a).

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	405.678	2,31	465.059	2,95	434.910	2,31	545.855	3,15
50 seguintes maiores devedores	909.449	5,17	1.039.428	6,58	1.042.311	5,51	1.392.001	8,03
100 seguintes maiores devedores	889.182	5,06	1.099.030	6,96	1.026.921	5,43	1.361.446	7,86
Demais devedores	15.375.735	87,46	13.181.410	83,51	16.413.504	86,75	14.026.464	80,96
Total	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Banco					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.816.223	4.492.214	324.009	5.706.863	5.296.568	410.295
Empréstimo em consignação	6.941.601	5.177.993	1.763.608	6.241.440	5.025.384	1.216.056
Financiamentos habitacionais	6.149	6.097	52	170.341	168.463	1.878
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	2.853	2.830	23
Empréstimos com garantia imobiliária	230.030	214.049	15.981	-	-	-
Total	11.994.003	9.890.353	2.103.650	12.121.497	10.493.245	1.628.252

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.816.223	4.492.214	324.009	5.706.863	5.296.568	410.295
Empréstimo em consignação	6.941.601	5.177.993	1.763.608	6.241.440	5.025.384	1.216.056
Financiamentos habitacionais	6.149	5.916	233	170.341	163.052	7.289
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	2.853	2.766	87
Empréstimos com garantia imobiliária	230.030	184.761	45.269	-	-	-
Total	11.994.003	9.860.884	2.133.119	12.121.497	10.487.770	1.633.727

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 350.438, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 419.142 em 31/12/2015), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 414.116 (R\$ 489.692 em 31/12/2015).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	2.103.650	1.628.252	2.133.119	1.633.727
Crédito direto ao consumidor (1)	1.366.885	1.460.885	1.366.885	1.460.885
Empréstimos em consignação (1)	1.712.913	1.185.966	1.712.913	1.185.966
Cartão de crédito	593.124	438.772	593.124	438.777
Financiamento à exportação	259.076	680.353	259.076	680.353
Capital de giro/Conta Garantida	346.772	404.492	346.772	404.492
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	200.789	259.249	228.680	302.334
Crédito pessoal (1)	41.286	27.688	41.286	27.688
Renegociações	13.842	7.981	13.842	7.976
Habitacionais	364	1.811	81.078	91.954
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	13.809	28.005
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	132.978	127.995
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	-	-	521	2.486
Outras	1.140	2.325	1.140	2.325
Total	6.639.841	6.097.774	6.925.223	6.394.963

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

(2) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	164.620	233.525
Rendas a receber	7.949	11.676
Total do Ativo	172.569	245.201
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	165.441	190.690
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(164.791)	(190.684)
Total do Passivo	650	6

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de financiamento à exportação	185.982	759.326
Varição Cambial	(187.227)	(575.551)
Total	(1.245)	183.775

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2016	31/12/2015
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.997	6.182
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	22.402	33.597
Total				27.399	39.779

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos tributários (Nota 32b)	2.875.973	2.686.160	3.292.108	3.061.285
Valores a receber por cessão de créditos	1.128.806	921.297	1.128.806	921.297
Títulos e créditos a receber (1)	838.371	942.737	897.463	956.469
Depósitos judiciais e fiscais	236.543	205.857	266.922	243.404
Impostos e contribuições a compensar	201.784	204.598	255.616	276.376
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	100.109	62.814	100.109	62.814
Valores a receber de sociedades ligadas	45.307	37.257	36.730	30.607
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	10.724	5.849	11.427	6.603
Benefício residual em operações securitizadas (3)	-	-	2.927	8.433
Adiantamentos e antecipações salariais	1.531	908	1.592	1.526
Outros	118.386	62.703	126.643	70.964
Total	5.557.534	5.130.180	6.120.343	5.639.778

(1) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2016 é de R\$ 21.583 (R\$ 13.710 em 31/12/2015); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 2.945 (R\$ 2.706 em 31/12/2015); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2016	31/12/2015	Custo	Provisão para perdas	31/12/2016	31/12/2015
Veículos	22.469	(4.100)	18.369	26.925	22.508	(5.121)	17.387	26.355
Veículos em regime especial	26.118	(20.842)	5.276	3.995	27.606	(20.843)	6.763	5.191
Imóveis	99.827	(14.625)	85.202	73.196	309.169	(27.392)	281.777	199.971
Imóveis em regime especial	-	-	-	-	4.794	-	4.794	1.585
Total dos bens não de uso próprio	148.414	(39.567)	108.847	104.116	364.077	(53.356)	310.721	233.102
Outros bens	640	-	640	2.672	640	-	640	2.672
Total de outros valores e bens	149.054	(39.567)	109.487	106.788	364.717	(53.356)	311.361	235.774

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	337.465	439.368	341.582	439.444
Gastos na emissão de títulos no Exterior	4.933	6.451	4.933	6.481
Outras	8.034	2.993	9.786	5.042
Total	350.432	448.812	356.301	450.967



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1) Exercício findo em	
			ON	PN	Cotas			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)(3)	106.735	105.254	11	-	-	100,00	(7.039)	105.254	62.429	(7.039)	(5.454)
Panamericano Administradora de Consórcio (2)(4)(5)	42.388	42.633	-	-	48.168	100,00	(3.939)	42.633	16.572	(3.939)	(130)
Pan Holding S.A.(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.388)
Brazilian Securities Companhia de Securitização (8)	174.201	214.079	77.865	-	-	100,00	(2.342)	216.029	214.690	(2.342)	19.753
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)(7)	107.662	151.922	239	478	-	100,00	10.912	151.922	143.321	10.912	2.774
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (2)(7)	236.631	111.748	748	748	-	100,00	(84.225)	171.303	266.202	(84.225)	(5.956)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(7)	179.864	202.347	-	-	179.264	100,00	7.997	205.858	197.629	7.997	(5.972)
Stone Pagamentos S.A. (8)(9)(10)	491.792	481.276	480	-	-	10,10	33.157	48.609	-	33.157	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (11)	-	-	-	-	-	-	(15.898)	-	33.186	(15.898)	(700)
Total								941.608	934.029	(61.377)	(39.073)

- (1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- (2) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
- (3) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 100.000, (sendo aportado 50% do valor R\$ 50.000 na data do evento e o restante estava condicionado a aprovação do Banco Central, aprovação essa que foi homologado em 25/01/2017). O Banco PAN tem até 1 ano para fazer essa integralização;
- (4) O Banco PAN adquiriu em 05/11/2015 da empresa Pan Arrendamento Mercantil a quantidade de 2.958 cotas, 21,01% da empresa Panamericano Administradora de Consórcio, assim o Banco passou a deter diretamente 99,99% da empresa;
- (5) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 30.000;
- (6) Empresa totalmente cindida em 30/09/2015;
- (7) Empresas controladas diretamente pelo Banco a partir de 30/09/2015. Anteriormente estas empresas eram controladas diretas da Pan Holding S.A.. O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 65.017 (Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária R\$ 59.556, BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. R\$ 3.511 e Brazilian Securities Companhia de Securitização R\$ 1.950);
- (8) Empresa auditada por outro auditor independente;
- (9) Em 27/06/2016 o Banco PAN aportou capital no montante de R\$ 12.360;
- (10) A partir de ago/2016 o Banco PAN reclassificou o investimento da Stone para coligada por passar a exercer influência significativa, e assim começou a utilizar o método de equivalência patrimonial; e
- (11) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 (aguardando aprovação do Bacen).

b) Outros Investimentos:

	Banco e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Stone Pagamentos S.A. (1)	-	3.092
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	379
Total	379	3.471

(1) A partir de 01/08/2016 o Banco PAN passou a reconhecer o investimento pelo método de Equivalência Patrimonial (Nota 13a).

14) IMOBILIZADO

a) Os Ativos imobilizados são compostos por:

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Banco	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	47.642	(20.341)	27.301	17.340
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.424	(512)	912	1.032
Sistemas de processamento de dados	20%	22.444	(12.823)	9.621	12.329
Sistemas de transportes	20%	36	(36)	-	211
Total em 31/12/2016		71.546	(33.712)	37.834	-
Total em 31/12/2015		51.731	(20.819)	-	30.912

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	47.680	(20.376)	27.304	36.433
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.425	(513)	912	1.033
Sistemas de processamento de dados	20%	22.444	(12.822)	9.622	12.451
Sistemas de transportes	20%	36	(36)	-	211
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	37.838	-
Total em 31/12/2015		81.088	(30.960)	-	50.128

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldo em 31/12/2015	17.340	1.032	12.329	211	30.912
Aquisições	19.639	24	2.385	-	22.048
Baixas (1)	(5.813)	(4)	(682)	(174)	(6.673)
Depreciação	(3.865)	(140)	(4.411)	(37)	(8.453)
Saldo em 31/12/2016	27.301	912	9.621	-	37.834

Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldo em 31/12/2015	36.433	1.033	12.451	211	50.128
Aquisições	4.517	24	2.295	-	6.836
Baixas (1)	(6.530)	(4)	(682)	(174)	(7.390)
Depreciação	(7.116)	(141)	(4.442)	(37)	(11.736)
Saldo em 31/12/2016	27.304	912	9.622	-	37.838

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores do ativo imobilizado por "impairment", no montante de R\$ 6.277 no Banco PAN e no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

15) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras individuais em investimento e nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No exercício encerrado em 31/12/2016, foram amortizados ágios no montante de R\$ 11.645 no Banco PAN e R\$ 25.053 no Consolidado.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	113.192	(68.599)	44.593	55.853
Total em 31/12/2016		113.192	(68.599)	44.593	-
Total em 31/12/2015		99.067	(43.214)	-	55.853

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	117.199	(69.658)	47.541	58.811
Ágio (Nota 15a)	10%	250.532	(110.652)	139.880	164.933
Total em 31/12/2016		367.731	(180.310)	187.421	-
Total em 31/12/2015		353.220	(129.476)	-	223.744

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais
Saldo em 31/12/2015	55.853
Adições	18.272
Baixas (1)	(2.095)
Amortização	(27.437)
Saldo em 31/12/2016	44.593

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 15a)	Total
Saldo em 31/12/2015	58.811	164.933	223.744
Adições	18.663	-	18.663
Baixas (1)	(2.095)	-	(2.095)
Amortização	(27.838)	(25.053)	(52.891)
Saldo em 31/12/2016	47.541	139.880	187.421

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores do intangível por "impairment", no montante de R\$ 1.284 no Banco PAN e no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à vista (1)	60.015	-	-	-	-	60.015	75.647
Depósitos interfinanceiros	11.666.291	36.558	5.820	27.604	29.428	11.765.701	10.097.093
Depósitos a prazo (2)	51.479	5.691	58.361	177.227	2.430.415	2.723.173	2.048.796
Total em 31/12/2016	11.777.785	42.249	64.181	204.831	2.459.843	14.548.889	-
Total em 31/12/2015	10.130.698	238.582	98.672	145.165	1.608.419	-	12.221.536

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à vista (1)	54.762	-	-	-	-	54.762	73.247
Depósitos interfinanceiros	11.666.291	36.558	5.820	27.604	29.428	11.765.701	10.096.847
Depósitos a prazo (2)	51.479	5.691	58.361	161.388	2.237.152	2.514.071	1.927.017
Total em 31/12/2016	11.772.532	42.249	64.181	188.992	2.266.580	14.334.534	-
Total em 31/12/2015	10.128.298	238.582	98.278	144.919	1.487.034	-	12.097.111

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria	1.222.172	-	-	-	100.338	1.322.510	1.222.223
Letras do Tesouro Nacional – LTN	789.143	-	-	-	-	789.143	685.340
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	261.000	-	-	-	100.338	361.338	100.551
Notas do Tesouro Nacional – NTN	172.029	-	-	-	-	172.029	436.332
Carteira de Terceiros	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Notas do Tesouro Nacional – NTN	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	269.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.570
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	100.338	2.028.022	-
Total em 31/12/2015	1.273.851	269.570	-	-	100.551	-	1.643.972

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria	1.222.172	-	-	-	96.940	1.319.112	1.215.969
Letras do Tesouro Nacional – LTN	789.143	-	-	-	-	789.143	685.340
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	261.000	-	-	-	96.940	357.940	94.298
Notas do Tesouro Nacional – NTN	172.029	-	-	-	-	172.029	436.331
Carteira de Terceiros	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Notas do Tesouro Nacional – NTN	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	269.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.570
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	96.940	2.024.624	-
Total em 31/12/2015	1.273.851	269.570	-	-	94.298	-	1.637.718

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Letras Financeiras – LF	365.265	84.689	71.352	84.434	564.887	1.170.627	1.555.272
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	28.328	33.602	69.439	14.013	110.995	256.377	825.064
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	69.076	134.599	177.517	437.282	97.517	915.991	565.090
Total em 31/12/2016	462.669	252.890	318.308	535.729	773.399	2.342.995	-
Total em 31/12/2015	152.927	773.492	490.422	697.326	831.259	-	2.945.426

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e Valores Mobiliários - País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	153	133	197	347	6.783	7.613	8.633
Letras Financeiras – LF	365.265	84.689	71.352	84.434	564.887	1.170.627	1.555.272
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	28.328	33.602	69.439	14.013	110.995	256.377	825.064
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	164.780	192.867	242.860	679.289	441.295	1.721.091	1.615.174
Total em 31/12/2016	558.526	311.291	383.848	778.083	1.123.960	3.155.708	-
Total em 31/12/2015	175.075	915.674	603.373	1.011.778	1.298.243	-	4.004.143

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Interfinanceiros	1.563.108	1.103.722	1.563.096	1.103.339
Depósitos a Prazo	425.847	503.265	402.049	488.971
Letras Financeiras	215.390	283.832	215.390	283.832
Variação Cambial	(316.837)	828.454	(316.837)	828.454
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	139.521	215.585	139.521	215.585
Letras de Crédito Imobiliário	99.225	62.688	231.756	201.725
Operações Compromissadas	303.029	224.850	302.397	223.793
Letras de Crédito do Agronegócio	56.036	112.023	56.036	111.740
Captações no Exterior – Dívida Subordinada e TVM no Exterior	(68.879)	218.021	(68.879)	218.021
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	5.137	7.094	6.677	8.790
Créditos Cedidos com Retenção de Risco	42.568	71.087	42.568	71.087
Total	2.464.145	3.630.621	2.573.774	3.755.337

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário. Em 31/12/2016 montavam a R\$ 155.796 (R\$ 102.786 em 31/12/2015).

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
No exterior (1)(2)	-	-	-	2.038	132.063	134.101	154.730
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	134.101	-
Total em 31/12/2015	1.096	-	-	-	153.634	-	154.730

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
No País (1)	-	(14.485)
No Exterior (2)(3)	16.243	(25.588)
Total	16.243	(40.073)

(1) CCB (cédula de crédito bancário) liquidado em 04/12/2015 junto ao Credit Suisse;

(2) Em 31/12/2015 foi reclassificado o montante de R\$ (3.267) para Outras despesas operacionais; e

(3) O montante de variação cambial totalizou em 31/12/2016 uma receita de R\$ 26.019 (e uma despesa de R\$ (25.846) em 31/12/2015).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
No Exterior (1)(2):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.576.844	2.203.182
No País:						
2018 (3)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	17.190	14.876
2019 (4)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	156.631	139.288
2019 (5)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	681	589
Total					1.751.346	2.357.935

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016 (despesa de R\$ (207.498) no exercício findo em 31/12/2015). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Em 23/06/2016 foi realizado liquidação antecipada dos (*Bonds*) correspondente a 8,64% da dívida no montante de US\$ 43.208;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(5) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I– Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	206.726	141.534	222.741	153.638
Processos trabalhistas	174.230	98.623	188.330	132.741
Processos tributários	323	3.635	11.538	17.317
Total (Nota 21b)	381.279	243.792	422.609	303.696

II– Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	141.534	98.623	3.635	243.792
Saldo oriundo de incorporação	361	50.331	-	50.692
Baixas	(96.254)	(76.872)	(5)	(173.131)
Constituições líquidas de reversões	161.085	102.148	(3.307)	259.926
Saldo em 31/12/2016	206.726	174.230	323	381.279

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	153.638	132.741	17.317	303.696
Baixas	(101.579)	(102.669)	(12)	(204.260)
Constituições líquidas de reversões	170.682	158.258	(5.767)	323.173
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III- Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda resultado de diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais antes do julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Pan S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo e aguarda julgamento.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco Pan S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de swap da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa. Os processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 2º trimestre de 2016, o Banco Pan S.A. recebeu dois autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visa exigir ISS incidentes sobre honorários decorrentes de serviços de cobrança, no período de 11/2011 a 10/2012, cujo montante atualizado de principal, multa e juros totalizou R\$ 8.650. O processo encontra-se no Conselho Municipal de Tributos, aguardando decurso do prazo para apresentação de recursos em face de decisão que determinou o cancelamento do Auto de Infração.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
COFINS a recolher	18.112	12.426	18.938	15.118
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.593	6.969	6.739	7.315
Impostos e contribuições sobre salários	14.993	8.703	15.589	15.429
PIS a recolher	2.943	2.019	3.085	2.559
ISS a recolher	2.076	2.066	2.141	3.044
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.382	1.896	1.382	2.075
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.481	1.420	21.081	13.664
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	87.302	93.798
Total	51.580	35.499	156.257	153.002

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cessão com retenção de riscos (1)	413.853	489.692	413.853	489.692
Operações com cartão de crédito	665.762	664.694	665.762	664.709
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	381.279	243.792	422.609	303.696
Provisão para pagamentos a efetuar	489.878	209.437	492.834	225.313
Arrecadação de cobrança	77.260	51.281	77.501	51.521
Valores a pagar a sociedades ligadas	21.446	34.505	20.190	14.759
Valores específicos de consórcio	-	-	4.080	7.366
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	264	566	264	566
Outros	36.423	34.041	38.700	39.806
Total	2.086.165	1.728.008	2.135.793	1.797.428

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2016 e 31/12/2015. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

No exercício de 2016, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração de 01/02/2016, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2015, referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as contas dos administradores de 2015, no valor bruto de R\$ 3.152, sendo R\$ 0,003392520 brutos por ação (R\$ 0,002881753 líquido de imposto de renda na fonte de 15%). A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31/12/2015.

	31/12/2015	% (1)
Lucro líquido	8.052	
(-) Reserva Legal	(403)	
Base de cálculo	7.649	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	3.152	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(472)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	2.677	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito	266.783	289.516	266.885	289.674
Rendas de cartões	120.831	105.108	120.831	105.108
Rendas de comissão / intermediação	59.254	49.251	61.002	49.533
Rendas de serviços de cobrança	805	1.570	805	1.570
Administração de consórcios	-	-	24.764	22.174
Outras	9.192	5.161	15.118	12.867
Total	456.865	450.606	489.405	480.926

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Proventos	242.454	196.733	303.764	322.796
Encargos Sociais	79.055	52.087	106.166	98.543
Benefícios	51.819	34.942	71.222	71.156
Honorários (Nota 29b)	16.110	16.287	24.892	32.521
Outros	2.603	3.196	2.771	3.505
Total	392.041	303.245	508.815	528.521

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.366.777	1.231.788	1.232.438	1.001.913
Serviços de terceiros	195.853	149.911	228.483	190.092
Serviços do sistema financeiro	145.107	148.789	153.169	152.407
Processamento de dados	137.816	110.849	140.334	113.518
Aluguéis	42.198	34.630	51.328	48.842
Comunicações	47.141	38.030	49.576	43.816
Depreciação e amortização	35.890	25.194	39.574	29.565
Propaganda, promoções e publicidade	16.807	22.915	19.777	26.773
Despesas com busca e apreensão de bens	28.767	24.827	28.767	25.058
Manutenção e conservação de bens	3.452	2.483	4.904	4.918
Viagens	4.431	6.195	6.111	8.739
Transporte	4.661	4.365	5.033	5.077
Taxas e emolumentos	3.617	3.807	7.603	8.735
Materiais de consumo	590	584	703	804
Outras	88.516	74.220	104.741	88.216
Total	2.121.623	1.878.587	2.072.541	1.748.473

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição à COFINS	141.720	133.966	162.465	162.114
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	21.227	21.241	29.383	35.062
Contribuição ao PIS	23.030	21.769	27.161	27.519
Impostos e taxas	3.719	7.046	16.112	19.064
Total	189.696	184.022	235.121	243.759

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de encargos e despesas	95.993	63.275	100.027	71.557
Varição monetária ativa / cambial	133.160	116.172	140.751	121.103
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	3.975	7.564
Reversão de provisões	3.413	9.013	19.511	20.884
Outras	22.860	27.777	27.182	29.607
Total	255.426	216.237	291.446	250.715

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cessão de operações de crédito	505.108	472.375	505.108	472.375
Constituição de provisões	263.233	139.253	345.974	165.717
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	62.992	53.545	63.514	55.003
Varição monetária passiva / cambial	207.082	398.000	207.178	399.568
Descontos concedidos	29.132	27.128	29.725	28.174
Amortização de ágio	11.645	11.645	25.053	25.053
Gravames	23.811	25.476	23.851	25.502
Outras	56.116	13.886	60.583	42.803
Total	1.159.119	1.141.308	1.260.986	1.214.195

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado na alienação de outros valores e bens	(44.616)	(59.590)	(48.864)	(75.254)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	2.408	7.063	6.173	14.305
Impairment de ativos não financeiros (1)	(18.444)	(4.386)	(24.853)	(15.991)
Outros	1.046	2.451	1.046	2.518
Total	(59.606)	(54.462)	(66.498)	(74.422)

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores por "impairment" de ativos não financeiros, no montante de R\$ 15.865 no Banco PAN e R\$ 21.139 no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	Banco			
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	5.327	13.039
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	22/12/2017	609.913	466.298	65.328	26.853
Caixa Econômica Federal	01/07/2016	-	-	5.647	2.539
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	01/11/2018	65.787	55.756	8.068	7.334
Total		675.700	522.054	84.370	49.765
Cessão de crédito (b)					
Caixa Econômica Federal	-	1.128.806	921.297	-	-
Total		1.128.806	921.297	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	30.053	25.376	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	6.583	4.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	13	11	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	4.774	3.958	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	13	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	-	432	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	-	21	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (j)	Sem prazo	2.390	2.764	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	73	1	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (j)	Sem prazo	4.069	3.732	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	456	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	78	-	-	-
Total		48.033	41.347	-	-
Depósitos à vista (c)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(340)	(245)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(154)	(101)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(17)	(8)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(12)	(88)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	-	(5)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(2)	(11)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(1)	(10)	-	-
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	Sem prazo	(5.199)	(2.273)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(21)	(5)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(1)	(3)	-	-
Total		(5.747)	(2.749)	-	-
Depósitos interfinanceiros (d)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(435.077)	(310.000)	(66.077)	(213.264)
Caixa Econômica Federal	26/01/2017	(11.231.214)	(9.691.077)	(1.484.658)	(857.720)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	05/05/2016	-	(246)	(11)	(383)
Total		(11.666.291)	(10.001.323)	(1.550.746)	(1.071.367)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Depósitos a prazo (e)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	29/05/2019	(29.815)	(14.569)	(3.003)	(1.948)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	13/06/2019	(33.402)	(7.837)	(1.204)	(985)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	23/05/2019	-	(21.059)	(3.671)	(3.278)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	18/03/2019	(91.347)	(37.735)	(9.781)	(1.471)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	12/06/2019	(80.487)	(49.657)	(8.448)	(6.096)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	05/06/2019	(3.866)	(5.492)	(694)	(709)
BMSR II Participações S.A.	-	-	-	-	(69)
Banco BTG Pactual S.A.	-	(208)	-	(13)	-
Pan Holding S.A.	-	-	-	-	(1.685)
Total		(239.125)	(136.349)	(26.814)	(16.241)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(527.189)	(630.001)	(72.806)	(27.648)
Caixa Econômica Federal	-	-	(901)	(477)	(932)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	28/02/2020	(3.399)	(6.254)	(631)	(1.057)
Total		(530.588)	(637.156)	(73.914)	(29.637)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	04/12/2018	(113.606)	(404.366)	(28.106)	(53.392)
Pessoal chave da administração	04/02/2021	(35.875)	(30.719)	(4.292)	(3.566)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	-	-	-	(283)
Total		(149.481)	(435.085)	(32.398)	(57.241)
Instrumentos financeiros derivativos (g)					
Brazilian Securities Companhia de Securitização	15/02/2022	16.465	(13.321)	43.212	(47.697)
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	13.399	351.450	(280.326)	124.447
Total		29.864	338.129	(237.114)	76.750
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(19.927)	(14.756)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	-	(18.354)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	(1.318)	(1.343)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(35)	(16)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	(36)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(71)	-	-	-
Total		(21.351)	(34.505)	-	-
Receita de prestação de serviços (h)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	58.081	49.252
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	286	-
Total		-	-	58.367	49.252
Despesa de pessoal (i)					
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	-	-	-	(266)	-
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(231)	(191)
Total		-	-	(497)	(191)
Outras despesas administrativas					
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	(151.557)	(245.950)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(4.178)	(2.071)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(271)	(868)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(108)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.362)	(990)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(9.712)	(9.136)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Total		-	-	(167.393)	(259.123)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.095.079	1.628.252
Total		-	-	2.095.079	1.628.252

- (a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (c) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (d) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (e) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (f) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (g) Referem-se às operações de Swap;
- (h) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios;
- (i) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores; e
- (j) Dividendos recebidos no montante de: R\$ 2.389 da Brazilian Finance & Real Estate S.A. e R\$ 1.700 da Brazilian Securities Companhia de Securitização, até 31/12/2016. Há um saldo provisionado de R\$ 2.726 oriundo da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A.

	Prazo máximo	Consolidado			
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	10.320	3.318	-	-
Total		10.320	3.318	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	5.327	13.039
Caixa Econômica Federal	01/07/2016	-	-	5.647	2.539
Total		-	-	10.974	15.578
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	-	1.128.806	921.297	-	-
Total		1.128.806	921.297	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	30.053	25.376	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	6.583	4.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	13	11	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	456	-	-
Total		36.649	30.426	-	-
Depósitos à vista (d)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(340)	(245)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(154)	(101)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(1)	(3)	-	-
Total		(495)	(349)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(435.077)	(310.000)	(66.077)	(213.264)
Caixa Econômica Federal	26/01/2017	(11.231.214)	(9.691.077)	(1.484.658)	(857.720)
Total		(11.666.291)	(10.001.077)	(1.550.735)	(1.070.984)
Depósitos a prazo (f)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	23/11/2018	(29.815)	(14.569)	(3.003)	(1.948)
Banco BTG Pactual S.A.	19/07/2018	(208)	-	(13)	-
Total		(30.023)	(14.569)	(3.016)	(1.948)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(527.189)	(630.001)	(72.086)	(27.648)
Caixa Econômica Federal	-	-	(901)	(477)	(932)
Total		(527.189)	(630.902)	(72.563)	(28.580)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)					
Banco BTG Pactual S.A.	13/08/2018	(161.299)	(508.200)	(37.080)	(67.339)
Pessoal chave da administração	04/02/2021	(37.845)	(33.409)	(4.525)	(3.681)
Total		(199.144)	(541.609)	(41.605)	(71.020)
Instrumentos financeiros derivativos (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	13.399	351.450	(280.326)	124.447
Total		13.399	351.450	(280.326)	124.447
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(19.927)	(14.759)	-	-
Total		(19.927)	(14.759)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	58.081	49.252
Total		-	-	58.081	49.252
Despesa de pessoal (j)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(395)	(340)
Total		-	-	(395)	(340)
Outras despesas administrativas					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(4.178)	(2.071)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(271)	(868)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(108)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.362)	(990)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(9.712)	(9.136)
Total		-	-	(15.836)	(13.173)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.104.548	1.633.727
Total		-	-	2.104.548	1.633.727

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Securities Companhia de Securitização e BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (h) Referem-se às operações de *Swap*;
- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros; e
- (j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 30.000 (R\$ 35.000 em 2015) (despesas de honorários). No Grupo PAN o valor para o ano 2016 é de R\$ 60.000 (R\$ 70.000 em 2015).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de honorários (Nota 24)	16.110	16.287	24.892	32.521
Contribuição ao INSS	3.625	3.665	5.601	7.317
Total	19.735	19.952	30.493	39.838

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• **Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência nível I	1.908.118	2.400.644
Capital Principal	1.908.118	2.400.644
Patrimônio de referência nível II	779.430	919.813
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.687.548	3.320.457
Patrimônio de referência	2.687.548	3.320.457
- Risco de crédito	18.697.144	18.804.777
- Risco de mercado	329.776	324.085
- Risco operacional	1.285.684	971.467
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.312.604	20.100.329
Índice de Basileia	13,23%	16,52%
Nível I	9,39%	11,94%
Nível II	3,84%	4,58%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e *Carteira Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2016

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(1.641)	(453.198)	(881.088)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(333)	(84.079)	(157.559)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(422)	(59.398)	(112.749)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(551)	(13.773)	(27.546)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(9)	(898)	(1.785)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)
Total em 31/12/2015		(2.186)	(773.335)	(1.570.755)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2016, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2016 e 31/12/2015.

Ativos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito (ACC/CCE)	286.653	566.486
Outros Recebíveis	9.782	22.585
Total Ativos	296.435	589.071

Passivos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Dívida subordinada	1.576.844	2.203.182
Obrigações por empréstimos no Exterior	134.101	154.730
Total Passivos	1.710.945	2.357.912

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	1.309.090	1.112.537	1.946.661	2.627.538
DDI	59.898	62.964	59.898	62.964
DOL	-	133.012	-	133.012
Total	1.368.988	1.308.513	2.006.559	2.823.514
Posição Vendida - Dólar				
<i>Swap</i>	147.086	131.141	125.744	139.215
DDI	214.951	575.394	214.951	575.394
DOL	21.299	90.860	21.299	90.860
NDF	-	12.470	-	12.987
Total	383.336	809.865	361.994	818.456

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.276.966	2.287.689	10.723	2.143.368	2.098.036	(45.332)
- Ajuste de títulos para negociação	71.479	71.479	-	5.239	5.239	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.051.517	1.051.517	-	948.518	948.518	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	1.153.970	1.164.693	10.723	1.189.611	1.144.279	(45.332)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	19.082.919	21.668.429	2.585.510	17.325.766	18.527.053	1.201.287
Depósitos interfinanceiros	11.765.701	11.767.088	(1.387)	10.096.847	10.099.971	(3.124)
Depósitos a prazo	2.514.071	3.864.495	(1.350.424)	1.927.017	2.612.617	(685.600)
Recursos de emissão de títulos	3.155.708	3.061.879	(93.829)	4.004.143	4.010.740	(6.597)
Obrigações por empréstimos	134.101	134.101	-	154.730	166.004	(11.274)
Dívidas subordinadas	1.751.346	1.750.758	588	2.357.935	2.352.388	5.547
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			1.151.181			454.907

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No exercício findo em 31/12/2015, o montante da contribuição foi de R\$ 223 no Banco PAN e R\$ 230 no Consolidado.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2016 a R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 71.222 no Consolidado (R\$ 36.072 no Banco PAN e R\$ 69.373 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2015).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(400.126)	(155.964)	(450.408)	(198.838)
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	180.057	70.184	202.968	89.670
Efeito no cálculo dos tributos:				
Constituição de Crédito Tributário de CSLL (2)	-	119.873	-	123.199
Participação em controladas	(27.620)	(17.583)	14.921	-
Ajuste de Crédito Tributário de Exercícios Anteriores	-	-	-	(6)
Reclassificação entre empresas – Ágio Cisão Total	-	(14.436)	-	(1.210)
Outros valores	10.451	5.978	(4.721)	(4.765)
Receita de Imposto de renda e contribuição social do exercício	162.888	164.016	213.168	206.888

(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos; e

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.098.709	475.281	(418.585)	1.155.405
Provisão para contingências cíveis	63.690	73.060	(43.723)	93.027
Provisão para contingências trabalhistas	44.381	71.453	(37.430)	78.404
Provisão para contingências tributárias	1.597	98	(1.566)	129
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	13.576	118.782	(118.820)	13.538
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	56.341	253.078	(289.018)	20.401
Outras provisões	130.315	226.007	(112.763)	243.559
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.408.609	1.217.759	(1.021.905)	1.604.463
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.277.551	-	(6.041)	1.271.510
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	2.686.160	1.217.759	(1.027.946)	2.875.973

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.190.930	520.718	(425.427)	1.286.221
Provisão para contingências cíveis	68.717	77.279	(46.823)	99.173
Provisão para contingências trabalhistas	56.311	77.800	(50.656)	83.455
Provisão para contingências tributárias	7.056	2.469	(4.922)	4.603
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	19.446	121.287	(122.673)	18.060
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	72.449	274.376	(300.261)	46.564
Outras provisões	150.165	233.948	(120.914)	263.199
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.565.074	1.307.877	(1.071.676)	1.801.275
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.496.211	9.292	(14.670)	1.490.833
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.061.285	1.317.169	(1.089.346)	3.292.108
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(93.798)	(11.707)	18.203	(87.302)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.967.487	1.305.462	(1.068.143)	3.204.806

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 06/02/2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016		368.589		2.706		371.295
2017	891.695	565.549	1.618	7.450	893.313	572.999
2018	627.329	265.755	89.307	1.733	716.636	267.488
2019	69.366	155.558	75.917	77.218	145.283	232.776
2020	4	36.514	100.944	143.922	100.948	180.436
2021	-	50	109.832	199.861	109.832	199.911
2022	2.114	2.183	132.779	236.938	134.893	239.121
2023	5.074	5.240	170.321	283.446	175.395	288.686
2024	5.074	5.240	189.578	324.268	194.652	329.508
2025	3.807	3.931	219.233	9	223.040	3.940
2026	-	-	181.981	-	181.981	-
Total	1.604.463	1.408.609	1.271.510	1.277.551	2.875.973	2.686.160



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016		384.363		10.397		394.760
2017	915.887	592.849	4.293	20.190	920.180	613.039
2018	655.545	288.168	96.006	16.116	751.551	304.284
2019	93.370	176.972	91.733	92.892	185.103	269.864
2020	24.072	66.724	117.600	156.416	141.672	223.140
2021	23.394	1.257	136.758	217.919	160.152	219.176
2022	11.272	10.883	159.029	250.655	170.301	261.538
2023	31.134	10.312	195.161	297.478	226.295	307.790
2024	21.553	10.312	212.782	338.297	234.335	348.609
2025	7.002	23.234	243.798	13.718	250.800	36.952
2026	18.046	-	194.268	-	212.314	-
Total	1.801.275	1.565.074	1.451.428	1.414.078	3.252.703	2.979.152

Em 31/12/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.784.919 e R\$ 1.965.541 no Consolidado (R\$ 1.491.591 no Banco PAN e R\$ 1.640.235 no Consolidado em 31/12/2015).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.405 (R\$ 43.069 em 31/12/2015), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2016, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.141.506 (31/12/2015 - R\$ 1.130.522 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 456.602 no Banco PAN e no Consolidado em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(10.167)	(5.177)	10.849	(4.495)
Variação cambial	-	(6.530)	3.441	(3.089)
Superveniência de depreciação	(83.631)	-	3.913	(79.718)
Total (Nota 21a – 32b)	(93.798)	(11.707)	18.203	(87.302)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 278.756 em 31/12/2016 (R\$ 277.656 em 31/12/2015);
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;

- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96); e

Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.

- g) O ano de 2016 foi um ano importante para o PAN no segmento de veículos, pois o banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

CONTADOR

Banco Pan S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Banco Pan S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – “PCLD” (Notas Explicativas 3f e 8)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, sendo suas principais operações: (i) Crédito Direto ao Consumidor, (ii) Consignado, (iii) Veículos, (iv) Capital de giro, dentre outros, os quais são ainda objeto frequente de cessão a um de seus controladores, sem a retenção substancial de riscos e benefícios. A determinação do valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamento e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo, a política estabelecida busca capturar fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN no. 2682. Tendo em vista esses aspectos, esta área foi definida como foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos os desenhos e os controles relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados e sistemas subjacentes; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

Consideramos que os julgamentos e critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos as políticas e os procedimentos utilizados



Banco Pan S.A.

desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação. Nos últimos anos, os principais sistemas do Banco e de suas controladas vêm sofrendo aprimoramentos que visam estabelecer uma estrutura de tecnologia adequada ao volume de transações do Grupo. Embora sejam observáveis tais mudanças no ambiente de tecnologia e seus respectivos controles internos, os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

no ambiente de tecnologia da informação. Consideramos, entre outros, o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles de tecnologia e segurança da informação, julgados por nós relevantes e atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando requerido.

Em complemento aos procedimentos para os controles de tecnologia, checamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, os controles compensatórios, restrições de acessos e segregações de funções relacionados às aplicações dos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários de longo prazo. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro e revisada pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como deixar de atender aos requisitos do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.



Banco Pan S.A.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das projeções de lucros tributários para realização dos créditos tributários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles



Banco Pan S.A.

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a



Banco Pan S.A.

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2016

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º Semestre de 2016 de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê desenvolveu suas atividades em conformidade com o Plano de Trabalho 2016 submetido ao Conselho de Administração, sempre com o propósito de cumprir suas atribuições legais, tais como: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas das auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

Para tanto, o Comitê considerou como base de suas análises informações colhidas nas reuniões realizadas com áreas estratégicas da Companhia e nos relatórios produzidos sobre a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente, assim como no desempenho observado no Plano de Negócios. Os questionamentos do COAUD à administração foram feitos com base nos possíveis impactos nos negócios da Instituição, decorrentes do comportamento da economia, comunicados de órgãos fiscalizadores e de eventos externos relacionados às operações praticadas.

Destaca que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a eleição de um membro do conselho de administração da Stone Pagamentos S.A.; e as deliberações de aumento de capital na Pan Arrendamento Mercantil S.A. e na Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.. A política de cessão de créditos à acionista Caixa Econômica Federal foi mantida, todavia houve alteração e aprimoramento em sua metodologia.

Informa que, em relação a expectativa de utilização de crédito tributário, este foi aprovado pelo Conselho de Administração. Da mesma forma, a auditoria independente se manifestou que os critérios, premissas e evidências adotados pela administração para - (i) o ambiente de tecnologia; (ii) os créditos tributários; e (iii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa - seriam razoáveis.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) Ocorreram significativos avanços com a implantação e aprimoramento dos sistemas tecnológicos. Observamos melhorias nos controles de segurança de dados e da informação. A administração mantém-se atenta e empenhada na correção dos apontamentos da autoridade supervisora e das auditorias;
- b) A atuação das auditorias, interna e independente, tem-se mostrado compatível com o porte e características da Companhia, não se constatando fato ou evidência relevante que pudesse comprometer sua efetividade ou sua independência; e,
- c) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da

auditoria independente, foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo (SP), 06 de fevereiro de 2017.

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA
Presidente

MARCELO YUGUE
Membro

MARCELO TERRAZAS
Membro



**BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 59.285.411/0001-13
NIRE 35.300.012.879**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Pan S.A. ("Banco" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, incluindo as notas explicativas e, com base: **(a)** no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 06 de fevereiro de 2017, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria são: 1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que os julgamentos e critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação da PCLD são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das Demonstrações Financeiras, conforme notas explicativas nº 3f e 8; 2 – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com procedimentos de segurança dos sistemas de TI, incluindo acesso e segregação de função, que propiciou evidência para planejamento e execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; 3 – Crédito Tributário, em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 3,3 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2017, conforme notas explicativas de nº 3n e 32; **(b)** nas reuniões com os auditores externos; **(c)** no relatório do Comitê de Auditoria, datado de 06 de fevereiro de 2017; e **(d)** na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia no decorrer do exercício de 2016, notadamente pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: **(a)** refletem adequadamente as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2016, a situação patrimonial e a posição financeira e **(b)** estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Paulo Roberto Salvador Costa

Fernando Antonio Ribeiro Soares

ANEXO VI

ANEXO 21 À INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

INFORMAÇÕES SOBRE AVALIADORES

1. Listar o avaliador recomendado pela administração

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º-10º e 13º-17º andares, Centro, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.562.112/0001-20 ("PwC").

2. Descrever a capacitação dos avaliadores recomendados

A PwC foi indicada pela administração do Pan para elaboração dos laudos de avaliação, a valor contábil, dos acervos líquidos da BM e Pan ("Laudos de Avaliação"). A PwC é a empresa que realiza a auditoria da BM e Pan, o que a torna a empresa mais habilitada a confirmar o valor do patrimônio líquido das companhias envolvidas na operação, bem como garante sinergias entre os exames efetuados recentemente e a referida avaliação patrimonial. Adicionalmente, a PwC tem ampla experiência em trabalhos dessa natureza, com diversos laudos similares arquivados na Comissão de Valores Mobiliários.

3. Fornecer cópia da proposta de trabalho e remuneração do avaliador recomendado

Documento apresentado abaixo.

4. Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A PwC é a empresa de auditoria independente que presta serviços de auditoria ao Pan e suas controladas.

Em agosto de 2015 a PwC foi contratada pelo Pan para elaboração de laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da BMSR II Participações S.A., que era parte do processo de cisão e incorporação da Pan Holding S.A. pela BMSR II Participações S.A.

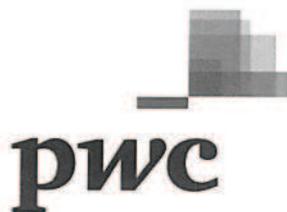
No mês de outubro de 2016 a PwC foi contratada pelo Pan para elaboração de laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Panserv Prestadora de Serviços Ltda., com o objetivo de ser parte do processo de incorporação desta pelo Pan.

Exceto pelo disposto acima, o Pan não tem conhecimento de qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre a PwC e partes relacionadas à Companhia.

Banco Pan S.A.

*Carta de contratação de
serviços profissionais*

Maio de 2017





Atenção: Sr. José Luiz Trevisan Ribeiro
Sr. Gregório Moreira Franco

Ilmos. Srs.
Banco Pan S.A.
Avenida Paulista, 1374 - 14º andar
São Paulo - SP

26 de maio de 2017

Prezados Senhores,

- 1 A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estabelecida na capital do Estado de São Paulo, com sede na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 9º, 10º e do 13º ao 17º andares, Torre Torino, Água Branca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, ("PwCAI"), agradece a V.Sas. a oportunidade confiada para a realização de trabalhos de auditoria. O propósito desta carta é confirmar nossos entendimentos sobre as responsabilidades - desta sociedade e de V.Sas. - com relação aos trabalhos como auditores do Banco Pan S.A. e da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (as "Instituições"), para emissão dos laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 31 de dezembro de 2016 do Banco Pan S.A. e da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária ("laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil"). Os termos desta carta permanecerão vigentes até que sejam modificados por escrito, com o consentimento de ambas as partes.
 - 2 Emitiremos os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Pan S.A. e da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2016 e seus correspondentes anexos, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Nossos laudos serão fundamentados em procedimentos de auditoria aplicados no balanço patrimonial das Instituições. Estes exames serão conduzidos com o objetivo de suportar os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil.
- Ao término de nossos exames de auditoria, emitiremos os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil, em português.
- 3 Discutiremos um cronograma de trabalho com V.Sas., o qual incluirá uma visita final quando forem disponibilizados os balanços patrimoniais para os nossos exames. Estimamos entregar as minutas de nossos laudos de avaliação, para apreciação de V.Sas., em aproximadamente uma semana após a conclusão de nossos trabalhos de campo, e emitir nossos laudos de avaliação em forma definitiva assim que recebermos a carta de representação da administração e a autorização para sua emissão em forma final.
 - 4 Nossos relatórios sobre os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil expressarão nossas conclusões sobre o valor contábil do patrimônio líquido do Banco Pan S.A. e da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, considerando, inclusive, eventuais ajustes identificados durante nossos exames.

2 de 8

Banco Pan S.A.
26 de maio de 2017

Adicionalmente, nossos relatórios poderão incluir parágrafo de ênfase ou de outros assuntos, nas circunstâncias também previstas nas normas de auditoria.

- 5 Nossos exames serão conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), respectivamente. Essas normas requerem que o auditor cumpra com os requerimentos éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais, emitidos pelo CFC, bem como com os requerimentos éticos relevantes aplicáveis no Código de Ética do Contador da Federação Internacional de Contadores (IFAC) e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o saldo do patrimônio líquido está livre de distorção relevante. Uma auditoria envolve a realização de procedimentos para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e contabilidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante do patrimônio líquido contábil, independentemente se causada por fraude ou erro. Os riscos de não detecção de uma distorção relevante que resulte de fraude são maiores do que os provenientes de erro, já que a fraude pode envolver atos intencionais de burlar os controles internos, conluio, falsificações, omissões ou falsas apresentações e representações. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração.

Segurança razoável significa um elevado nível de segurança, mas não a garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria detectarão sempre as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base no saldo do patrimônio líquido.

- 6 Em razão das limitações inerentes de auditoria, juntamente com as limitações inerentes de controle interno, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes possam não ser detectadas, mesmo que a auditoria seja adequadamente planejada e executada de acordo com as normas de auditoria. Em nossa avaliação de risco, consideraremos o controle interno relevante para a elaboração dos balanços patrimoniais do Banco Pan S.A. e da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno das Instituições. Entretanto, comunicaremos por escrito quaisquer deficiências significativas no controle interno relevantes para os balanços patrimoniais que identificarmos durante a auditoria. Esses relatórios serão de uso exclusivo da administração.
- 7 Os balanços patrimoniais a serem submetidos à auditoria são preparados sob responsabilidade da administração. A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dos balanços patrimoniais de acordo com as práticas adotadas no Brasil e práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável, e pelos controles internos necessários para permitir que os balanços patrimoniais estejam livre de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. A contratação de serviços de auditoria dos balanços patrimoniais e a emissão dos laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil não desobriga a administração de cumprir essa responsabilidade. Adicionalmente, a administração é responsável por disponibilizar ao auditor acesso a todas as informações relevantes de que a administração



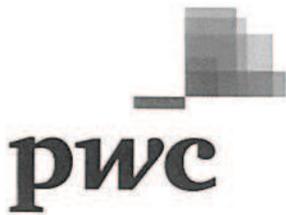
Banco Pan S.A.
26 de maio de 2017

tem conhecimento para a elaboração dos balanços patrimoniais, como registros, documentação e outros assuntos, além de informações adicionais que o auditor pode solicitar da administração para fins de auditoria e acesso irrestrito as pessoas das Instituições que o auditor determina ser necessário para obter evidência de auditoria.

- 8 Conforme requerido pelas normas de auditoria, indagaremos da administração e de outras pessoas das Instituições sobre as afirmações constantes dos balanços patrimoniais e a eficácia dos controles internos, associados às operações, aos registros e aos relatórios financeiros. As normas de auditoria também estabelecem que devemos obter uma carta de representação da alta administração, inclusive do diretor presidente, sobre temas significativos e afirmações básicas em relação ao laudo de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis. Adicionalmente, a administração concorda em informar fatos que podem afetar os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil dos quais tomou conhecimento durante o período entre a data dos laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil e a data em que os laudos serão disponibilizados. Os resultados de nossos testes de auditoria, as respostas às nossas indagações e as manifestações escritas da administração constituirão as evidências nas quais pretendemos depositar nossa confiança ao formarmos nossa conclusão expressa nos laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil.
- 9 A responsabilidade primária na prevenção e detecção de erros e fraudes é da administração das Instituições. Dessa forma, uma estrutura eficaz de controles internos reduz a possibilidade de que estes venham a ocorrer ou, no mínimo, contribui para que sejam detectados, tanto pelos administradores como pelos auditores independentes.
- 10 Consequentemente, apesar de não podermos garantir sua detecção, nossos trabalhos são planejados e executados para obtermos segurança razoável, mas não absoluta, de que eventuais erros ou fraudes que possam ter efeito relevante nos balanços patrimoniais sejam detectados. A auditoria está baseada no conceito de testes por amostras dos dados sob exame e, assim, está sujeita a limitações; portanto, erros e fraudes que possam ter efeitos diretos nos balanços patrimoniais podem eventualmente não ser detectados. Por outro lado, a consideração dos sistemas de controle existentes não será suficiente para permitir-nos atestar a segurança e a eficácia dos controles internos associados às operações, aos registros e aos relatórios financeiros.
- 11 Nossos exames não incluirão uma auditoria detalhada de transações na extensão necessária para detectarmos erros e fraudes que não produzam efeitos relevantes nos patrimônios líquidos contábeis; entretanto, caso cheguem a nosso conhecimento, comunicaremos a V.Sas. Nesse contexto, o conceito de relevância é considerado em relação ao patrimônio líquido contábil e não por seu efeito absoluto ou isolado.
- 12 Caso V.Sas. tenham a intenção de publicar ou reproduzir nossos laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil, seja em formato impresso ou eletrônico (por exemplo, em um site da Internet), ou mesmo fazer outro tipo de referência à PwCAI em documento que contenha outras informações, fica mutuamente acordado que será fornecida por V.Sas. uma minuta dos mencionados documentos para nossa leitura, apreciação e aprovação antes que este seja distribuído a terceiros (órgãos reguladores, bolsas etc.) e os laudos sejam neles incluído. Enfatizamos que nossos laudos devem sempre ser reproduzidos de forma completa, inclusive os anexos.

Banco Pan S.A.
26 de maio de 2017

- 13 Os exames serão conduzidos com o objetivo principal de emitir os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil, em conexão com a incorporação total da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária pelo Banco Pan S.A. e não será planejado ou conduzido para atender outras transações ou expectativas específicas de terceiros; em consequência, assuntos de possível interesse particular de terceiros podem não ser especificamente tratados. Podem existir assuntos que seriam avaliados de forma diferente por terceiros, possivelmente em conexão com uma outra transação em particular.
- 14 Os papéis de trabalho e arquivos por nós criados no decorrer de nossos exames de auditoria, inclusive os documentos e os arquivos eletrônicos, são propriedade exclusiva da PwCAI, consoante as normas que regulam o nosso exercício profissional.
- 15 Ao assinar esta carta de contratação, as Instituições concordam em reembolsar a PwCAI de quaisquer gastos em que esta incorrer decorrentes de reclamações advindas de terceiros e que estejam relacionadas com o trabalho de auditoria executado a pedido das Instituições, desde que não decorram de ato ilícito ou descumprimento de normas profissionais por parte da PwCAI.
- 16 A PwCAI responderá integralmente perante as Instituições por quaisquer danos causados as Instituições decorrentes de atos ilícitos praticados por seus representantes ou por quaisquer descumprimentos das normas profissionais que regulam o exercício profissional do contador, no limite do montante dos honorários profissionais recebidos.
- 17 A PricewaterhouseCoopers refere-se ao conjunto global de firmas PricewaterhouseCoopers, cada uma delas constituindo uma pessoa jurídica totalmente autônoma e independente, organizadas como um network (rede) de sociedades. Em razão desse network, informações de propriedade da PricewaterhouseCoopers obtidas ou não de seus clientes, na medida em que sejam necessárias para a execução de qualquer serviço contratado à PwCAI, poderão ser compartilhadas entre as firmas PricewaterhouseCoopers, mantendo-se a confidencialidade destas. Assim, em V.Sas. concordando com os termos da presente contratação, estarão igualmente concordando que as diversas firmas PricewaterhouseCoopers compartilhem entre si informações, inclusive relacionadas a V.Sas.
- 18 Não obstante o contido no parágrafo precedente, durante a realização dos serviços de auditoria, a PwCAI poderá, a seu critério, utilizar recursos de outras sociedades e empresas integrantes da rede mundial PricewaterhouseCoopers ("Outra(s) Firma(s) PricewaterhouseCoopers"). Todavia, a responsabilidade pela elaboração e emissão dos relatórios referentes a esta carta de contratação é e continuará sendo exclusivamente da PwCAI, e V.Sas. concordam, nos termos aqui dispostos, a não ajuizar qualquer demanda (por disposições contratuais, cíveis ou outra) contra qualquer Outra(s) Firma(s) PricewaterhouseCoopers ou contra os seus respectivos sócios, funcionários e prepostos em relação aos serviços de auditoria objeto da presente carta de contratação. Qualquer profissional de Outra(s) Firma(s) PricewaterhouseCoopers envolvido na prestação dos serviços previstos nesta carta de contratação atuará apenas em nome da PwCAI. A PwCAI assume a responsabilidade integral e exclusiva pelas ações dos profissionais de Outra(s) Firma(s) PricewaterhouseCoopers por esta envolvidos na execução dos serviços previstos neste instrumento.
- 19 Conforme é do conhecimento de V.Sas., encontram-se em vigor diversas normas visando o combate a crimes de lavagem de dinheiro e disposições afins, dentre as quais as Leis nºs 9.613/98 e 12.683/12, que determinam que auditores, assessores e consultores contábeis, tributários e empresariais ficam obrigados



Banco Pan S.A.
26 de maio de 2017

a comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) acerca de quaisquer das circunstâncias mencionadas nas leis citadas e regulamentos aprovados pelo COAF e/ou demais órgãos reguladores das atividades profissionais exercidas pela PwCAI. Desta forma, V.Sas. declaram-se cientes das disposições das referidas leis, assim como das obrigações de comunicação a que está sujeita a PwCAI nos termos dos referidos diplomas legais, comunicações essas que, caso sejam necessárias de serem feitas pela PwCAI, não constituem e não constituirão violação ao dever de sigilo profissional e/ou contratual a que igualmente está sujeita a PwCAI.

- 20 No decurso de nossos trabalhos é comum que desenvolvamos softwares, incluindo planilhas de cálculo, documentos, bases de dados e outras ferramentas eletrônicas como material de apoio à sua consecução. Em alguns casos, é possível disponibilizarmos esses instrumentos à Empresa, assim como dados e documentos, mediante solicitação formal. Considerando que essas ferramentas foram especificamente desenvolvidas para atender a nossos próprios objetivos, sem levar em conta, portanto, quaisquer outros objetivos para os quais as Instituições possa usá-los, estas serão disponibilizadas de forma não customizada, para uso exclusivo das Instituições e não deverão ser entregues nem compartilhadas com terceiros. Dessa forma, a nós não poderão ser imputadas responsabilidades em relação à suficiência ou adequação das ferramentas de software para nenhum objetivo para o qual as Instituições venham a utilizá-las. Qualquer ferramenta específica de software desenvolvida para as Instituições será objeto de uma carta de contratação em separado.
- 21 No decorrer de nossos trabalhos, é possível que, à guisa de agilidade, comuniquemo-nos com V.Sas. por meio eletrônico. No entanto, como é do conhecimento de V.Sas., não se pode garantir que a transmissão eletrônica de informações seja segura ou livre de erros, podendo as mencionadas informações ser interceptadas, danificadas, extraviadas, destruídas, chegar com atraso ou incompletas ou ainda ser afetadas de forma adversa ou não apresentar segurança de uso.
- 22 Nossos honorários são estimados com base no tempo gasto pelo pessoal alocado ao trabalho. As taxas horárias individuais variam de acordo com o nível de responsabilidade envolvido e a experiência e as habilidades necessárias.
- 23 Estimamos que nossos honorários para este trabalho de auditoria totalizem R\$ 100.000,00 (cem mil reais), além das despesas em que viermos a incorrer. Essa estimativa leva em consideração o nível combinado de preparação e assistência do pessoal das Instituições; caso não nos seja prestada essa assistência ou ocorram outras circunstâncias que resultem em aumento do tempo real em relação ao estimado, levaremos o fato ao conhecimento da administração. Os honorários propostos serão distribuídos por empresa integrante:

	<u>Total</u>
Banco Pan S.A.	85.000,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	<u>15.000,00</u>
Total	<u><u>100.000,00</u></u>

- 24 Os honorários deverão ser pagos à vista. A fatura apresentada será considerada devida quando emitida.

Banco Pan S.A.
26 de maio de 2017

25 Nossos honorários pressupõem o seguinte:

- (a) O apoio do pessoal das Instituições, com vistas à preparação prévia de análises (pedidos de análises) e conciliações de contas, necessárias para o processo de fechamento das contas e preparação dos balanços patrimoniais, indispensáveis para os exames de auditoria, além de identificação e separação de documentos em arquivo e fornecimento de informações em resposta a nossas indagações.

Cabe ressaltar que o preenchimento correto e completo dos pedidos de análises (a serem entregues com antecedência), de forma tempestiva, é de fundamental importância para que nossos trabalhos se realizem de maneira eficiente e conforme o orçamento de horas proposto. O processo que adotamos, de solicitar aos nossos clientes a preparação de tais análises e demonstrações, torna-se realmente vantajoso e econômico, pois nosso tempo pode ser dedicado exclusivamente à revisão das informações e dos dados relativos às contas, e não à sua compilação.

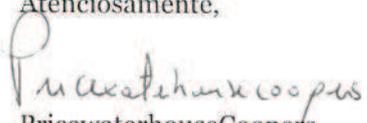
- (b) Consultas extraordinárias que envolvam nossos departamentos especializados ou serviços especiais serão objeto de notas de honorários em separado das parcelas anteriormente referidas, após a apreciação e a aprovação prévia de V.Sas.
- (c) O valor dos nossos honorários, conforme estabelecidos neste instrumento, inclui impostos, taxas, contribuições e demais encargos que incidem sobre os serviços ora contratados conforme legislação vigente na data da emissão desta carta de contratação.
- (d) Fica mutuamente acordado entre as partes que quaisquer alterações que impliquem o aumento da carga tributária incidente sobre os serviços, como instituição de novos tributos, aumento de alíquotas, exigência do ISSQN por maneira diferente daquela praticada à época da assinatura desta carta de contratação, modificação das práticas reiteradamente observadas pelas autoridades fiscais competentes, decisões administrativas e/ou judiciais ou modificação na interpretação da legislação tributária aplicável, acarretarão a correspondente alteração nos honorários acordados nesta carta de contratação, no mesmo montante do aumento das alíquotas ou dos novos tributos incidentes. A PwCAI comunicará, por escrito, a alteração ocorrida, o seu impacto nos honorários e o início da vigência da respectiva modificação.
- (e) Os honorários serão objeto de revisão pelas partes sempre que houver um desequilíbrio contratual em razão de alterações no ambiente econômico-financeiro do País, ou, ainda, em caso de aumento do escopo dos serviços ora contratados, o qual será formalizado, por escrito, mediante instrumento de aditivo assinado por ambas as partes.
- (f) As Instituições efetuarão o pagamento até o dia previsto do seu vencimento. Havendo atraso no pagamento, as Instituições, de pleno direito, será constituído em mora e ficará obrigado no pagamento do valor em atraso, acrescido da multa de 2% (dois por cento), juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pro rata die pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas. O atraso no pagamento permitirá à PwCAI, a seu critério e sem prejuízo da possibilidade de rescisão da presente contratação, suspender a prestação dos serviços até a regularização do pagamento, mediante comunicação expressa as Instituições, situação esta que não dará ensejo a qualquer reclamação das Instituições quanto aos prazos contratuais, que serão postergados por quantos dias forem os do atraso aqui mencionado.

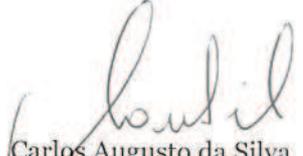
26 Qualquer serviço adicional eventualmente solicitado por V.Sas. e que aceitemos prestar será objeto de contratação por escrito, em separado.

Banco Pan S.A.
26 de maio de 2017

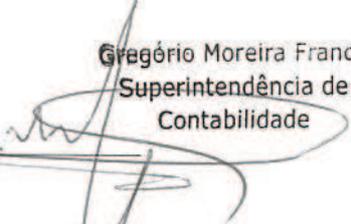
- 27 Desejamos prestar-lhes, de forma recorrente, serviços de alta qualidade que satisfaçam suas necessidades. Se, em qualquer momento, V.Sas. desejarem analisar com nossos profissionais alguma forma de melhoria de nossos serviços, ou se não concordarem com algum aspecto neles observado, solicitamos a gentileza de levar o fato imediatamente ao conhecimento do sócio responsável. Se, por algum motivo, V.Sas. preferirem analisar esses aspectos com outras pessoas, poderão entrar em contato com Álvaro Taiar, líder de Financial Service Brasil (telefone (11) 3674-2000). Dessa forma, podemos assegurar que V.Sas. serão atendidos com a devida atenção e no momento correto.
- 28 Independentemente disso, nossa organização conta com um sistema de monitoramento da satisfação de seus clientes por meio de entrevistas e questionários, apresentados por amostragem a cada ano.
- 29 O acordo formalizado nesta carta será regido e interpretado na forma do disposto nas leis do Brasil, ficando pela presente acertado e aceito, em caráter irrevogável, o foro de São Paulo para dirimir qualquer reclamação, litígio ou controvérsia, incluindo, sem limitações, as reclamações de compensação ou contrademandas originadas ou relacionadas com este contrato. Cada uma das partes renuncia, em caráter irrevogável, à formulação de qualquer queixa de que a ação foi instaurada em uma jurisdição não aplicável ou que tais tribunais não são competentes.
- 30 Solicitamos a gentileza de acusar o recebimento desta carta e expressar seu "de acordo" com os termos de nossa contratação, devolvendo-nos a cópia aqui anexada com sua assinatura aposta no espaço a seguir reservado. Caso o "de acordo" não possa ser dado nos próximos 30 dias, reservamo-nos o direito de rever os prazos, os termos e outras condições desta carta de contratação.
- 31 Caso V.Sas. necessitem de informações adicionais ou desejem discutir mais detalhadamente os termos de nossa contratação, estaremos à disposição para prestar-lhes os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

De acordo:


Gregório Moreira Franco
Superintendência de
Contabilidade

Banco Pan S.A.


José Luiz Trevisan Ribeiro
Diretor

Assinatura do representante legal

Data

8 de 8

Gregório Moreira Franco
Superintendência de
Contabilidade